

## Paper do NAEA Volume 29

# Cadastro Único, espelho da pobreza e vulnerabilidade social no Pará, e as possibilidades de seu uso como instrumento de gestão no combate da pandemia de Covid-19

Armin Mathis<sup>1</sup>



### RESUMO

O objetivo do artigo é traçar a partir de dados extraídos do Cadastro Único do Governo Federal um retrato da situação de pobreza e vulnerabilidade social na qual uma grande parcela da população paraense vive. As informações extraídas indicam, por um lado, um universo de três milhões de pessoas que vivem na faixa de extrema pobreza, por outro lado, uma diversidade e desigualdade muito grande dentro desse grupo. O artigo conclui com uma reflexão sobre as possibilidades que o CadUn apresenta para subsidiar o poder público nas suas atividades no combate a Covid-19. São apresentadas recomendações que ilustram a importância do CadUn como instrumento de gestão municipal.

**Palavras-chave:** Cadastro Único. Pará. Covid-19. Pobreza. Vulnerabilidade social. Desigualdade.

---

<sup>1</sup> Professor e pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA.

## **ABSTRACT**

The purpose of the article is to show the situation of poverty and social vulnerability in which a large portion of the population of Pará. The source of data that was used was the Federal Government's Cadastro Único. The information extracted reveals, on the one hand, three million people living in extreme poverty, on the other hand, shows a very large diversity and inequality within this group. The article concludes with a reflection on the possibilities that Cadastro Único presents to subsidize the public administration in their fight against Covid-19. Recommendations are presented to exemplify the importance of Cadastro Único as an important tool for the municipalities.

**Keywords:** Covid-19. Poverty. Social vulnerability. Inequality.

## INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é traçar um retrato – a partir de informações do Cadastro Único do Governo Federal (CadUn) da situação de pobreza e vulnerabilidade social em que se encontram um parcela significativa dos cidadãos brasileiros.

O estudo aqui apresentado faz parte do projeto de pesquisa intitulado “*Socio-cultural, philosophical and political transformations relating to human-nature interactions in the anthropocene in Amazonia (SOPHIA)*” sob minha coordenação. O referido projeto é uma cooperação internacional entre a Universidade Federal do Pará – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e Leibniz Centre for Tropical Marine Research (ZMT). A pesquisa conta ainda com a colaboração de pesquisadores do Instituto de Estudos Costeiros (IECOS) da UFPA e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA).

O trabalho não tem a intenção de apresentar uma análise exaustiva nem uma análise profunda do ponto de vista estatístico. É sobretudo uma tentativa de tornar visível para a sociedade aquela parcela da população brasileira que vive na base da pirâmide social, em condições de extrema pobreza e vulnerabilidade social.

Inicialmente a publicação foi pensada como um documento interno do grupo de pesquisa para descrever parte do contexto socioeconômico do nosso objeto de estudo. No entanto, diante da situação atual de uma pandemia que evidencia de forma trágica as distintas capacidades da administração pública de atuar diante dos eventos que colocam em risco a vida dos seus cidadãos, achamos prudente apresentar os dados e torna-los acessíveis ao público não acadêmico.

Vale lembrar que os registros do Cadastro Único no Pará (CadUn-Pará) contêm dados sobre a metade da população paraense. Esses dados mostram que apesar do rótulo comum da situação de vulnerabilidade e pobreza há uma diversidade socioeconômica muito grande nesse universo. Essa diversidade requer estratégias de combate de pandemia que reconhecem as diferenças e visam medidas específicas para cada segmento dessa população vulnerável.

Uma análise baseada em dados secundários sempre corre o risco de não produzir ‘novidades’, haja vista, que todos os dados já são de domínio público. Desse modo qualquer crítica dessa natureza oriunda do munda acadêmico é bem-vinda, afinal faz parte do *habitus* da academia.

Para o mundo não acadêmico a situação precisa ser analisada de forma diferente. Caso esse estudo contenha alguma novidade para os gestores de política social no âmbito do estado do Pará ou dos municípios paraenses, parece evidente, que o poder público não faz uso do conhecimento acumulado em uma das mais importantes organizações públicas da assistência social (o atual Ministério da Cidadania). Contudo, caso um(a) gestor(a) de política só se veja diante de fatos já conhecidos, resta para ele / ela explicar porque esses fatos já tão conhecidos ainda persistem na realidade.

## NOTAS METODOLÓGICAS

Todas as informações que constam nesse trabalho foram geradas a partir de dados secundários acessados diretamente no website do Ministério da Cidadania através das

plataformas VIS DATA 3 beta [<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php#>] e CECAD 2.0 [[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab\\_cad.php](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php)]; ou extraídos da base desidentificada do Cadastro Único (Microdados Dez/2018) [<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/index.php?grupo=212>] na sua atualização de 12/11/2019.

Os microdados não coincidem com a base completa de dados do Cadastro Único, eles representam uma amostragem (probalística, estratificada em duas etapas) do cadastro completo. Os dados fornecidos em dois arquivos: um com informações sobre as famílias [base\_amostra\_familia\_201812.csv] e outro com informações sobre as pessoas [base\_amostra\_pessoa\_201812.csv]. Ambos os arquivos foram importados e analisados no software SPSS Statistics; os gráficos foram gerados no MS-Excel (v.16.36) para facilitar a sua incorporação no texto.

Como foi trabalhado, ao mesmo tempo, os dados de uma amostra e, os dados do universo faz com que em algumas situações os valores das variáveis possam indicar diferenças. Um exemplo são alguns números apresentados na Tabela 1 Brasil, Pará. Características das pessoas cadastradas no CadUn (fev.2020) que diferem levemente dos números no texto. Isso se deve ao fato que o texto apresenta os resultados de cálculos efetuados na amostra (microdados referente ao ano de 2018) enquanto a tabela foi gerada a partir de dados do universo (atualização fevereiro de 2020). A referência aos dados do universo (CadUn completo) será sempre indicado junto com a fonte usada. A falta dessa menção indica o uso de dados das amostras.

Ademais, o fato de que o levantamento e a atualização dos dados fiquem a cargo das prefeituras, assim como, a exigência de visitas domiciliares somente para 20% dos casos, coloca o CadUn em um patamar de qualidade inferior em relação aquilo que se exige de um pesquisa de cunho acadêmico que conta com uma rigorosa crítica dos questionários e cálculos de erros, seja na amostragem ou no registro dos dados. Apesar das falhas e inconsistências encontradas nos arquivos dos microdados, o CadUn apresenta um registro valioso do universo das famílias que se situam na base da pirâmide social brasileira, em situações de grande vulnerabilidade social. As informações extraídas que serão apresentadas a seguir não intendem ser exaustivas, são resultados de escolhas do autor, e assim, representam um olhar específico para a realidade. Outros olhares são possíveis e desejáveis para completar a construção do espelho da pobreza e vulnerabilidade que constitui o ponto de partido para análise do problema e tentativas de construções coletivas de sua superação.

## DESTAQUES

### Cadastro Único

- No Pará 4.618.995 pessoas tem registro no CadUn, isso representa cerca de 54% da população paraense.
- São cerca de três milhões de pessoas que vivem na faixa da extrema pobreza.
- No Pará 319.159 das pessoas cadastradas no CadUn na faixa da extrema pobreza não são beneficiadas pelo PBF.

## Educação

- Somente 35,7% das crianças com idade inferior a seis anos (cadastradas no CadUn-Pará) frequentam uma instituição de ensino (rede pública 34,4%, rede privada 1,3%).
- Quase todas as crianças de 6 a 14 anos (cadastradas no CadUn-Pará) frequentam uma escola, no entanto, 29,3% deles não sabem ler nem escrever.
- 7,1% da população com 15 anos de idade ou maior (cadastradas no CadUn-Pará) nunca frequentou uma escola.
- Dentro da população maior de 15 anos (cadastradas no CadUn-Pará) existem 302.503 pessoas que não sabem ler nem escrever.

## Habitação

- No Pará 357.314 pessoas não possuem banheiro no seu domicílio.
- No Pará 252.287 pessoas vivem em domicílios sem água encanada e sem banheiro.
- 430.884 pessoas usam a vala a céu aberto como forma de escoamento sanitário, 81% dessas pessoas pertencem a faixa da extrema pobreza.
- Nas famílias paraenses beneficiárias do PBF que vivem em áreas rurais 2,7 pessoas dividem um dormitório, e somente 42% dos seus domicílios possuem água encanada.

## Emprego e Renda

- A parcela dos cadastrados que durante todos os últimos 12 meses tiveram um trabalho remunerado é de 21,8%. Em média se conseguiu trabalho remunerado por 8,6 meses no ano anterior ao cadastramento.
- 70,3% da população cadastrada no CadUn-Pará com trabalho remunerado atua como trabalhador por conta próprio.
- No estado do Pará o ganho mensal oriundo desse trabalho remunerado é de R\$ 369,37. Esse valor representa somente 70% da média nacional.
- No Pará 64,6% dos cadastrados com trabalho remunerado pertencem a faixa da extrema pobreza.
- A renda familiar per capita das pessoas do Cadun - Pará é de R\$ 209,42, e representa 75% do valor da média do CadUn brasileiro (279,77R\$).
- No Brasil, a renda familiar per capita das famílias que são beneficiárias do PBF é de 54,70 R\$. No Pará, a renda familiar per capita das famílias que são beneficiárias do PBF é de 54,43 R\$.
- No Brasil, a renda familiar per capita das famílias cadastradas no CadUn que não são beneficiários do PBF é 9,3 vezes maior (508,70 R\$) do que aquela dos beneficiários do PBF.
- No Pará, a renda familiar per capita das famílias cadastradas no CadUn que não são beneficiários do PBF é 8,7 vezes maior (471,43 R\$) do que aquela dos beneficiários do PBF.

## O CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL - CADUN

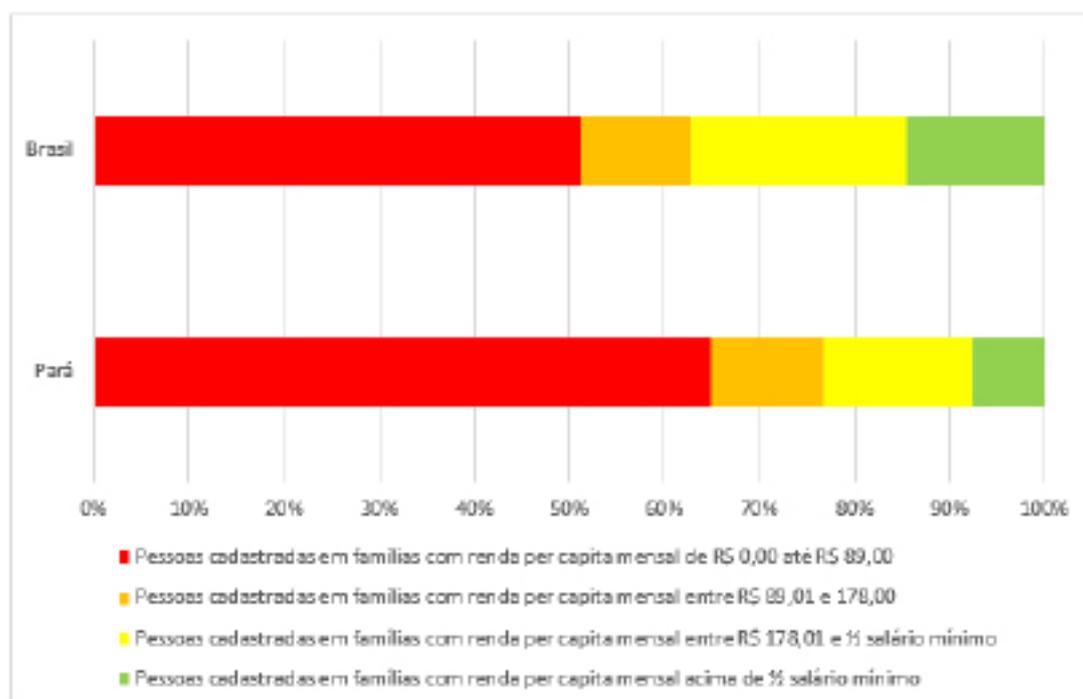
O Cadastro Único (CadUn) para Programas Sociais do Governo Federal foi instituído no ano de 2011 através do Decreto 3.877. Criado como instrumento para concentrar as políticas sociais do governo federal, o Cadastro Único ganhou notoriedade a partir do Programa Bolsa Família (PBF) (Lei 10.836 / 2004) que o especificou como instrumento principal de identificação e seleção das famílias beneficiárias do PBF.

O Decreto 6.135/2007 define os conceitos principais do cadastro e a forma de sua gestão. A identificação das famílias de renda baixa e o preenchimento das informações do CadUn fica a cargo das prefeituras municipais. A legislação prevê a necessidade de visita domiciliar para 20% das famílias cadastradas.

No final de 2019, o CadUn possui no Brasil, 28.884.000 famílias cadastradas, que representam um universo de 76.417.354 pessoas, esse valor significa cerca de 35% da população brasileira. No estado do Pará o registro compreende um quantitativo de 1.641.310 famílias cadastradas que o significa um universo de 4.692.017 pessoas, cerca de 54% da população paraense.

Figura 1 Cadastro Único. Pessoas cadastradas - conforme faixa de renda mensal per capita mostra que o perfil das pessoas cadastradas no Pará difere do padrão nacional. Enquanto no Brasil 51,2% das pessoas registradas no CadUn se enquadram na situação de extrema pobreza, a sua renda per capita mensal é inferior a R\$ 89,01, a mesma faixa de renda compreende no Pará 64,9% do universo do CadUn.

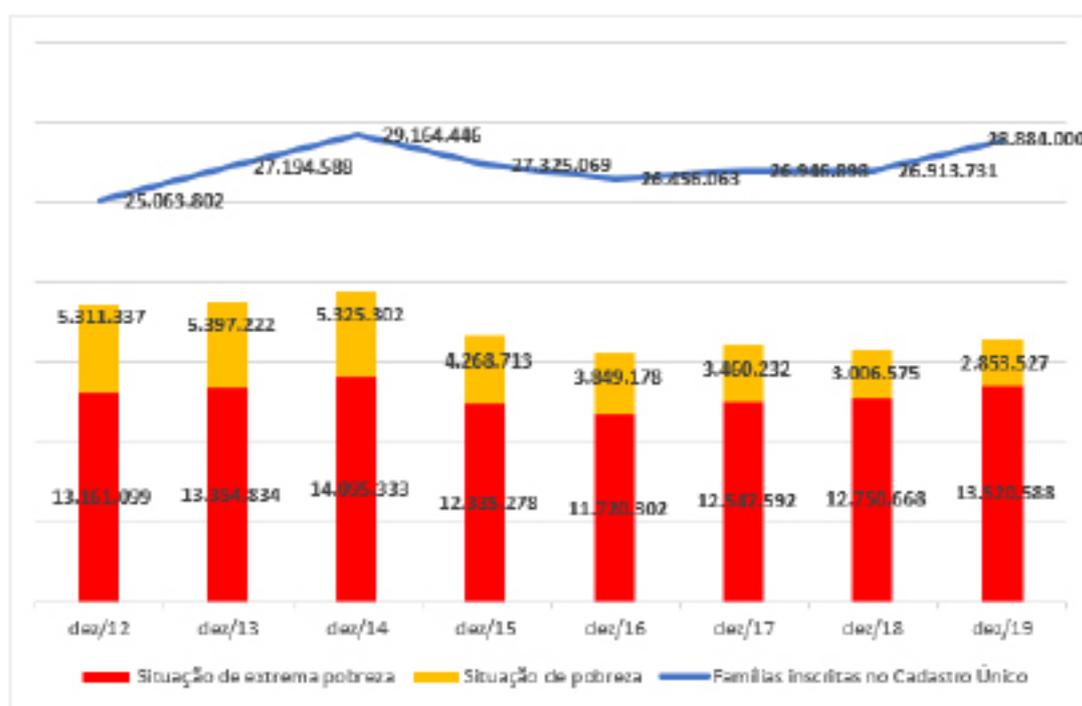
Figura 1 - Cadastro Único. Pessoas cadastradas - conforme faixa de renda mensal per capita



Fonte: MC, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC  
[<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/painel.html>] [Universo].

O volume de famílias cadastradas no CadUn é flutuante, este dado se explica devido a dinâmicas de inclusão / exclusão / atualização da faixa de renda que ocorrem nos processos de atualizações regulares do cadastro ou são reflexos de ciclos conjunturais econômicos. As oscilações dentro do conjunto das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família se explicam, além disso, em grande parte pela aplicação de sanções por não cumprimento de condicionalidades. No ano de 2019, 1.705.754 famílias tiveram os seus benefícios do PBF suspensos. Esse número corresponde a 13% das famílias que receberam benefícios em dezembro de 2019.

Figura 2 - Brasil. Cadastro Único, famílias cadastradas conforme faixa de renda mensal per capita, dez 2012 a dez 2019



Fonte: Ministério da Cidadania [<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php#>] [Universo]

## Características das pessoas cadastradas

### Brasil / Pará

A média de idade das pessoas registradas em nível nacional é de 26,7 anos, no estado do Pará esse valor é de 23,9 anos.

A maioria das pessoas (56,3%) cadastradas no CadUn é de sexo feminino. Isso é verdadeiro tanto para o registro nacional quanto para as pessoas que integram o cadastro no Pará (55,0%). Dentro das capitais brasileiras a parcela das mulheres aumenta mais ainda (Brasil média nas capitais 60,1%, Belém 60,9%).

O cadastro nacional indica a cor parda como a que mais aponta nos registros (63,8%), seguida da cor branca (28,0%) e, na sequência aparece a cor preto (6,8%). Já os dados do estado Pará mostram uma composição diferente: de um lado, a parcela população da cor parda é maior (86,4%), de outro lado, o contingente de pessoas de cor branca (8,6%) e preta (3,8%) é inferior à média nacional.

Diferentemente da média das capitais brasileiras, onde a parcela da população de cor branca (25,5%) é inferior a média nacional, no Pará observa-se uma tendência inversa e, a parcela da população de cor branca é maior em Belém (9,7%) do que na média do Estado.

Analisando os dados relativos à cor por estrato de tamanho dos municípios evidencia-se que nos municípios menores (com até 5000 famílias registradas no CadUn) a participação da população de cor branca (37,3%) é mais expressiva do que na média brasileira (27,4%). Ao mesmo tempo a parcela das pessoas de cor parda (54,8%) encontra-se abaixo da média nacional (64,5%). Ademais, nos municípios menores a presença relativa de indígenas (2,5%) é maior do que na média estadual.

A parcela de pessoas que não sabem ler e escrever no CadUn nacional é de 26,8%. No estado do Pará o número é maior ainda (28,9%). Nas capitais do Brasil a taxa de alfabetização é levemente maior (77,1%) do que a média nacional (74,5%). Em Belém (81,9%) ainda é mais expressiva a diferença em relação ao restante do Pará (72,4%).

A fatia das pessoas cadastradas que nunca frequentaram uma escola importa na média nacional 13,9% e no estado do Pará 14,9%. A comparação com as taxas de analfabetismo indica que cerca 12% da população do CadUn frequentou uma escola sem aprender ler e escrever.

O CadUn Brasil informa que 9,7% das pessoas registradas não possuem certidão de nascimento, embora tenham um registro em cartório. No Pará esse valor é inferior (5,1%). No entanto, chama atenção o fato de que nos municípios da RM Belém (sem a capital) o índice destoa, já que 13% não possuem de certidão de nascimento.

O CadUn registra em nível nacional para as pessoas com deficiência uma porcentagem de 6,3% do universo, e para o estado do Pará o valor de 4,7%. Nos registros das capitais a participação de pessoas com deficiência é maior, tanto no nível nacional (5,6%) quanto no nível do estado do Pará (5,4%).

Tabela 1 - Brasil, Pará. Características das pessoas cadastradas no CadUn (fev.2020)

Variável	Valor / faixa	Brasil	Pará
Sexo	Masculino	43,7%	45,0%
	Feminino	56,3%	55,0%
Cor / raça	Branca	28,0%	8,6%
	Preta	6,8%	3,8%
	Amarela	0,5%	0,5%
	Parda	63,8%	86,4%
	Indígena	0,8%	0,7%

Faixa etária	Entre 0 e 6	13,7%	14,5%
	Entre 7 a 15	19,1%	21,7%
	Entre 16 a 17	4,2%	4,8%
	Entre 18 a 39	32,8%	34,9%
	Entre 40 a 64	22,9%	18,9%
	Maior que 65	7,4%	5,1%
Sabe ler e escrever?	Sim	73,2%	71,1%
	Não	26,8%	28,9%
Pessoa tem deficiência?	Sim	6,3%	4,7%
	Não	93,7%	95,3%

Fonte: Brasil / Ministério da Cidadania [[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab\\_cad.php](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php)]. [Universo], cálculos próprios.

## EDUCAÇÃO

Do total das pessoas registradas no universo do CadUn 32,6% informam que estão frequentando uma escola, enquanto 52,5% já não estudaram mais ou nunca frequentaram uma escola (14,9%).

No nível do estado do Pará o estrato que estuda é um pouco maior, ficando em 35,9%. A parcela das pessoas que já não estudam mais é de 48,0%, e 16,1% nunca estudaram.

Do total das pessoas cadastradas no CadUn nacional, 26,8% informaram que não sabem ler nem escrever. No estado do Pará o número é ainda maior (28,9%). A grande parcela do conjunto das pessoas que não sabem ler nem escrever está situada na faixa da extrema pobreza, tanto no nível estadual quanto nacional (Tabela 2 Brasil, Pará. Capacidade de ler e escrever conforme faixa de renda).

Tabela 2 - Brasil, Pará. Capacidade de ler e escrever conforme faixa de renda

Varável	Valor / Faixa	Brasil	Pará
Sabe ler e escrever	Sim	73,2%	71,1%
	Não	26,8%	28,9%
Faixa de renda dos que sabem ler	Extrema Pobreza	49,9%	62,7%
	Pobreza	11,7%	12,4%
	Baixa Renda	24,0%	17,4%
	Acima de 1/2 S.M.	14,5%	7,5%

Faixa de renda dos que não sabem ler	Extrema Pobreza	59,1%	73,0%
	Pobreza	11,4%	10,1%
	Baixa Renda	17,8%	10,3%
	Acima de 1/2 S.M.	11,7%	6,6%

Fonte: Brasil / Ministério da Cidadania [[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab\\_cad.php](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php)]. [Universo], cálculos próprios.

Importa notar, que no conjunto das pessoas que não estudam mais, somente a metade (50,1%) concluiu o último curso frequentado. No Pará esse valor é mais alto ainda, ficando em 54,3%.

No nível nacional a parcela das pessoas que nunca estudaram é composta de forma igualitária de homens (50,6%) e mulheres (49,4%). No entanto no Pará, o contingente de homens é um pouco maior (52,2%) no conjunto das pessoas que nunca estudaram.

Para conseguir uma impressão mais fidedigna do perfil educacional da população cadastrada, foram criadas três estratificações: (a) pessoas ainda sem idade escolar (idade inferior a 6 anos), (b) pessoas em idade escolar (com idade entre 6 anos e 14 anos), (c) pessoas fora da idade escolar para o ensino fundamental obrigatório (15 anos ou maior).

### **Estrato – idade inferior a 6 anos**

Esse estrato abrange no Brasil 15,1% das pessoas cadastradas e no Pará 16,0%. As crianças do sexo masculino prevalecem em ambos os conjuntos (Brasil: 51,0%; Pará 51,2%).

Na média do Brasil 43,8% dessas crianças frequentam uma instituição de ensino, seja pública (40,9%) ou privada (2,9%). No Pará a parcela é menor, somente 35,7% das crianças com idade inferior a seis anos, frequentam uma instituição de ensino (rede pública 34,4%, rede privada 1,3%).

No Pará somente 18% das crianças visitam uma creche enquanto que no Brasil são 29,7%. Ainda, no Pará mais crianças atendem a Pré-escola e Classe de Alfabetização (48,0%) em comparação com a média nacional (41,4%). Os demais já estão registrados no Ensino fundamental (Brasil: 28,7%; Pará 33,8%).

### **Estrato – idade entre 6 anos e 14 anos**

Esse estrato abrange no Brasil um quinto da população cadastrada (20,4%) e no Pará quase um quarto (23,4%).

As crianças dessa idade frequentam quase todas a escola, ou no Ensino Fundamental (Brasil 91,3%; Pará 92,9%) ou no Ensino Médio (Brasil 5,7%; Pará 3,9%).

Diante desse fato os números referentes a capacidade de ler e escrever surpreendem. No nível nacional, 23,7% dos que integram esse estrato não sabem ler nem escrever e no estado do Pará esse valor é ainda mais alto 29,3%.

## **Estrato – idade de 15 anos ou maior**

O estrato da população fora da idade escolar obrigatória representa no CadUn nacional a parcela de 64,5%. Nessa faixa as mulheres formam a maioria (61,3%). O quadro se repete no Pará, onde 60,4% do universo do CadUn é formado por pessoas com 15 anos de idade ou maior. Novamente as mulheres são o maior contingente populacional (59,7%).

Nesse estrato 11,7% ainda cursam uma escola, sendo que 8,2% dos cadastrados em nível nacional declararam que nunca frequentaram uma escola. 11,4% não sabem ler nem escrever.

No Pará a tendência se repete com pequenas modificações. A parcela que ainda estuda é maior (15,7%) e o valor daqueles que nunca frequentaram uma escola é inferior (7,1%). A quantidade das pessoas nesse estrato que não sabem ler nem escrever é de 10,1%.

Dentro do conjunto das pessoas que já deixaram de cursar uma escola, somente a metade (50,2%) concluiu o último curso que frequentaram. No Pará esse valor é menor ainda 45,9%.

## **HABITAÇÃO**

### **Densidade habitacional I, número de moradores por cômodo**

A densidade de moradores por cômodo é um indicador importante para avaliação das condições de distanciamento social.

A densidade de moradores por cômodo no conjunto das famílias cadastradas no CadUn – Para é de 1,0 pessoa por cômodo.

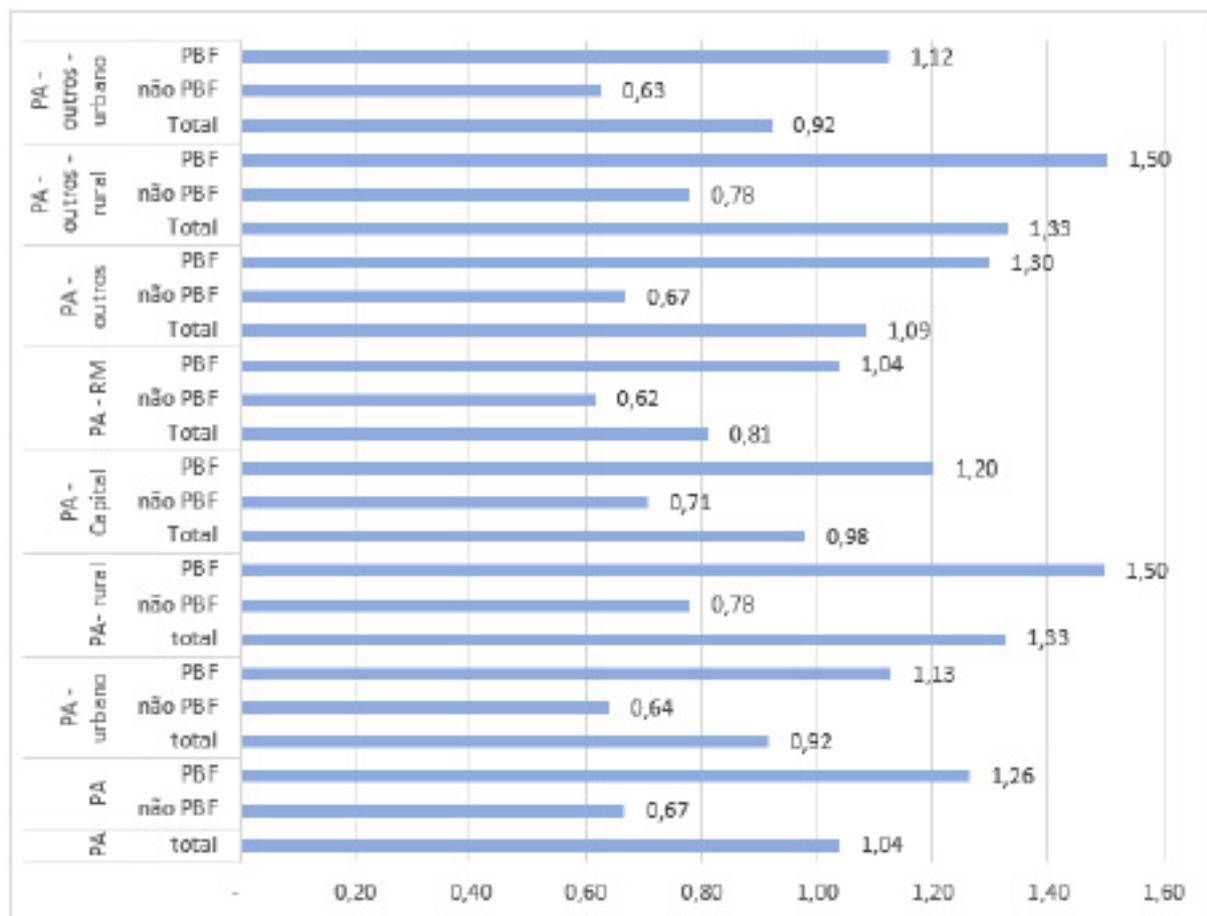
O valor da densidade de moradores por cômodo é mais baixo para os domicílios situados em áreas urbanas (0,9) e maior para os domicílios situados em áreas rurais (1,3).

A maior densidade de moradores por cômodo encontra-se nos domicílios das famílias indígenas (2,25), ribeirinhas (1,78), extrativistas (1,69) e pescadores artesanais (1,56).

Os domicílios de famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura apresentam a menor densidade de moradores por cômodo (0,60).

A diferença da densidade de moradores por cômodo entre não beneficiários (0,67) e beneficiários do PBF (1,26) é expressiva (90%). Essa diferença se acentua nos domicílios situados em áreas rurais (não beneficiados PBF: 0,78; beneficiados PBF: 1,50) e se reduz em domicílios urbanos (não PBF: 0,64; PBF: 1,13) e tem a sua menor amplitude nos domicílios da capital (não PBF: 0,71; PBF: 1,20).

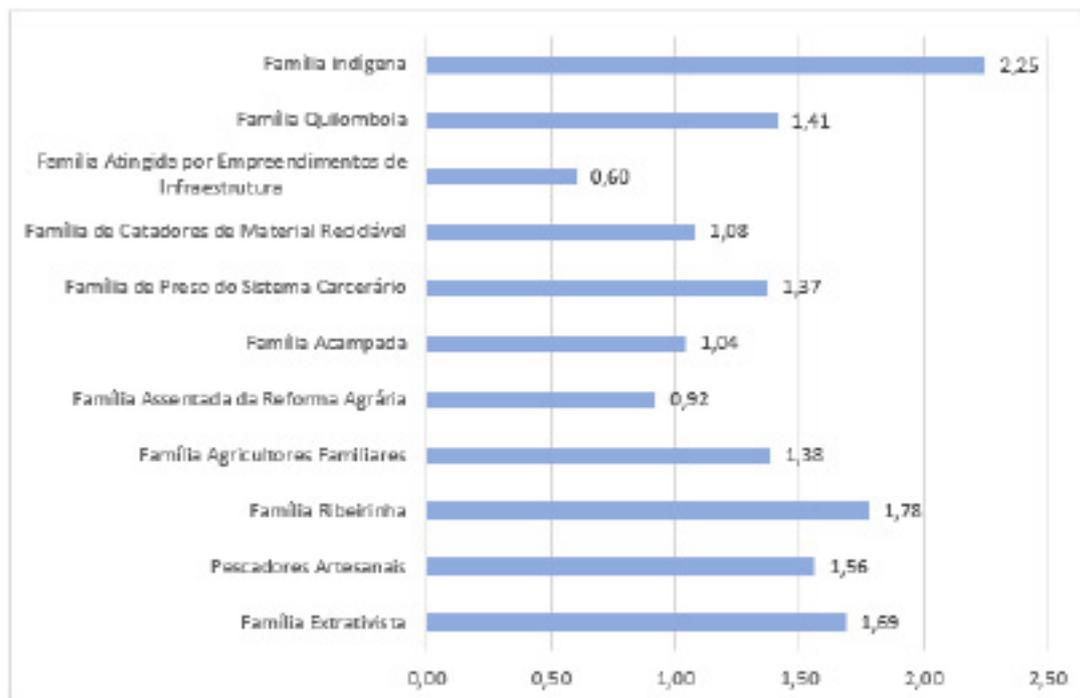
Figura 3 - Pará. Densidade habitacional I [pessoas por cômodo], conforme localização e classificação territorial



Fonte: Microdados.

Filter: cd\_ibge >= 1500000 & cd\_ibge < 1600000 & cod\_local\_domic\_fam=(1 ou 2) & classf=(1 a 3) & marc\_pbf=(0 ou 1). Statistics: MEAN (qtd\_comodos\_domic\_fam / qtd\_pessoas).

Figura 4 - Pará. Densidade habitacional I [pessoas por cômodo] - Grupos tradicionais e específicos, famílias quilombolas e indígenas [pessoas por cômodo]



Fonte: Microdados

Filter: cd\_ibge >= 1500000 & cd\_ibge < 1600000 & ind ind\_parc\_mds\_fam = (101 a 306). Statistics: MEAN (qtd\_cômodos\_domic\_fam / qtd\_pessoas)

## Densidade habitacional II, número de moradores por dormitório

A densidade de moradores por dormitório é um indicador importante para avaliar as condições de isolamento de uma pessoa infectada no conjunto familiar.

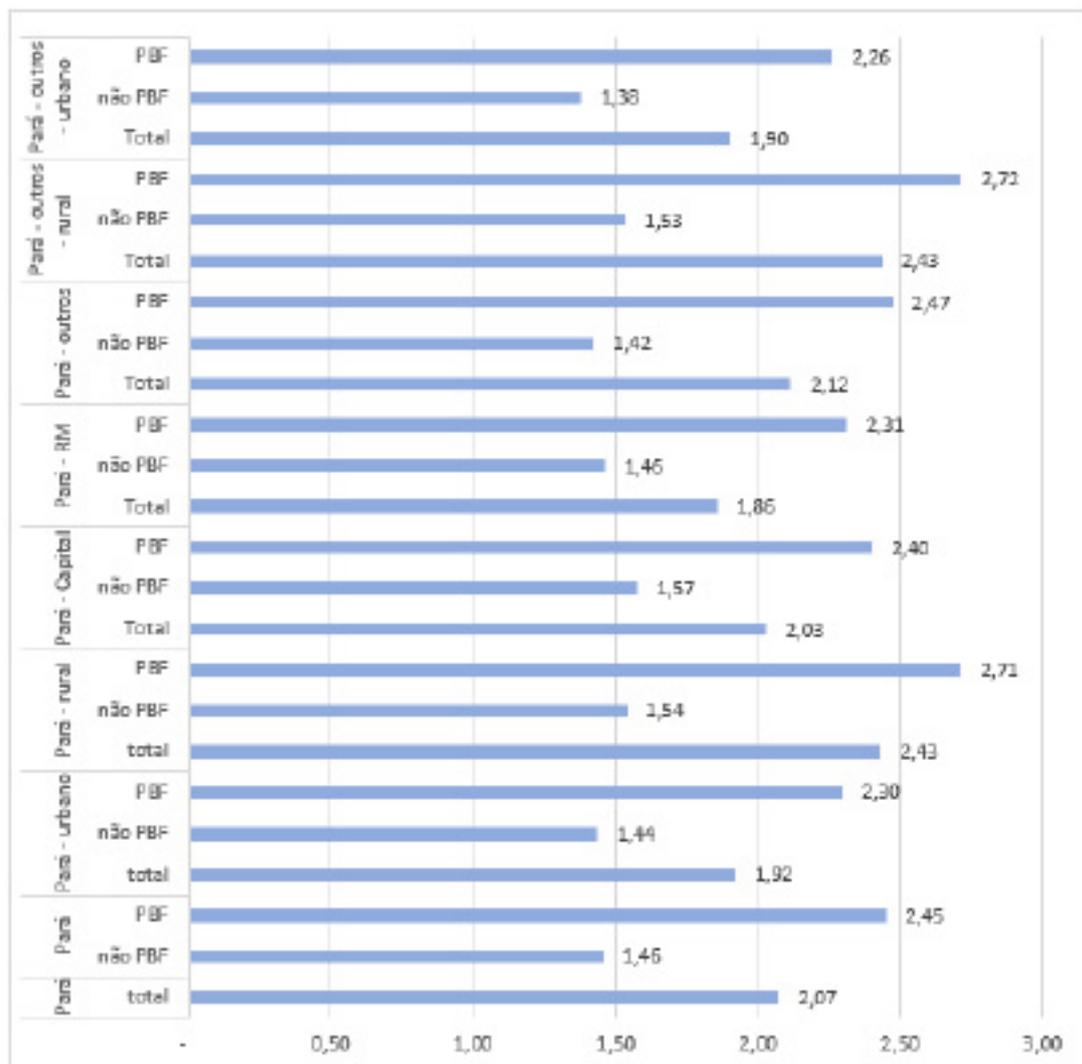
A densidade de moradores por dormitório no conjunto dos domicílios cadastrados no CadUn-Pará é de 2,07 pessoas por dormitório. A média é menor para os domicílios urbanos (1,92) e maior para os domicílios rurais (2,43).

A maior densidade de moradores por dormitório se registra nos domicílios das famílias indígenas (3,34), ribeirinhas (3,10), extrativistas (2,88) e pescadores artesanais (2,75).

Os domicílios de famílias atingidos por empreendimentos de infraestrutura apresentam a menor densidade de moradores por dormitório (1,37).

A densidade de moradores por dormitório nos domicílios de famílias beneficiárias do PBF (2,45) corresponde a um valor de 68% acima do número referente as famílias não beneficiárias do PBF (1,46). A discrepância se acentua nos domicílios localizados em áreas rurais, onde nas famílias beneficiárias de PBF 2,71 pessoa dividem um dormitório contra 1,54 pessoas nas famílias não beneficiárias do PBF.

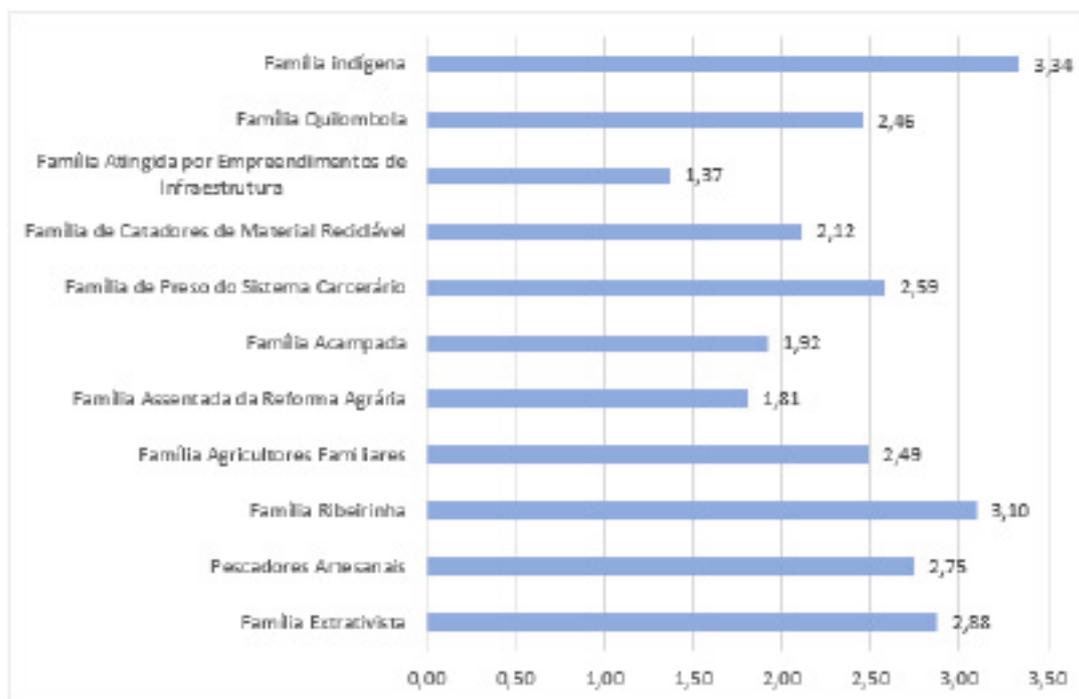
Figura 5 - Pará. Densidade habitacional II [pessoas por cômodo servindo como dormitório], conforme localização e classificação territorial



Fonte: Microdados.

Filter: cd\_ibge >= 150000 & cd\_ibge < 160000 & cod\_local\_domic\_fam= (1 ou 2) & classf= (1 a 3) & marc\_pbf = (0 ou 1). Statistics: MEAN (qtd\_comodos\_dormitorio\_fam / qtd\_pessoas).

Figura 6 - Pará. Densidade habitacional II [pessoas por cômodo servindo como dormitório] - Grupos tradicionais e específicos, famílias quilombolas e indígenas



Fonte: Microdados.

Filter: cd\_ibge >= 1500000 & cd\_ibge < 1600000 & ind ind\_parc\_mds\_fam = (101 a 306). Statistics: MEAN (qtd\_comodos\_dormitorio\_fam / qtd\_pessoas).

## Características sanitárias dos domicílios

Para descrever as características sanitárias dos domicílios escolhemos as variáveis: existência de água encanada, a existência de banheiro, a forma de abastecimento de água e a forma de escoamento sanitário.

O CadUn mostra que a forma predominante do abastecimento de água dos domicílios urbanos é através da rede geral de distribuição (59,0%) enquanto na área rural prevalece o fornecimento através de poço ou nascente (57,6%).

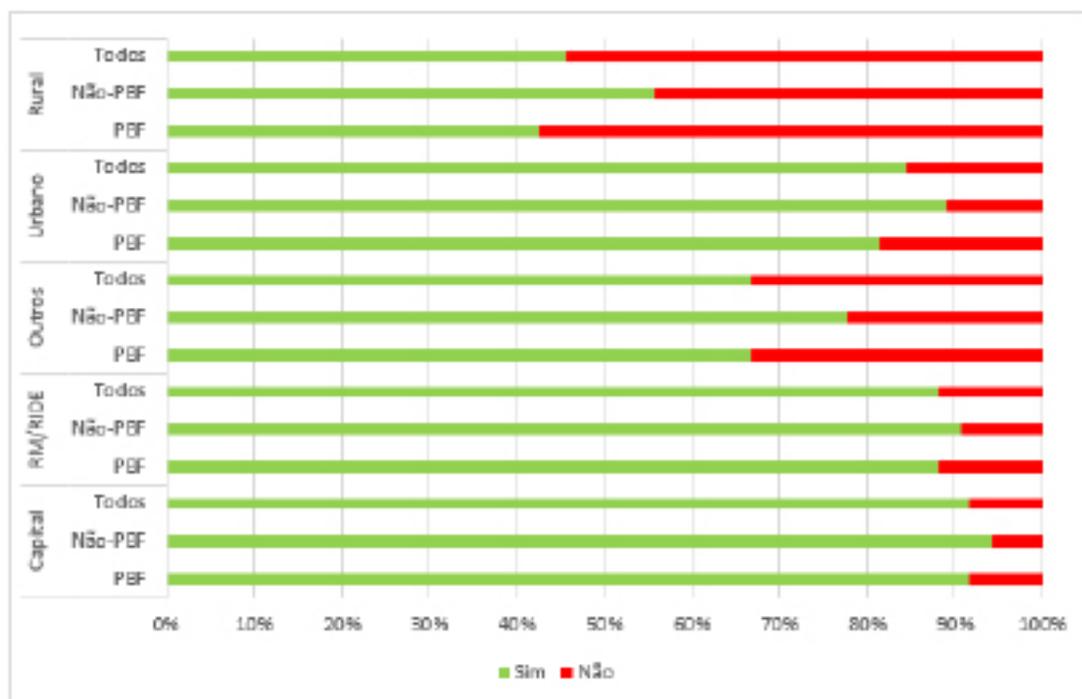
Os baixos valores nas variáveis de abastecimento de água através de rede geral e poço ou nascente que constam nos estratos das famílias de extrativistas (77,5%), pescadores artesanais (76,0%) e ribeirinhos (54,7%) indicam que parcelas consideráveis dessas famílias devem consumir água diretamente de rio.

O número de famílias cadastrados no CadUn – Pará que não dispõem de água encanada em seu domicílio é de 367.602, atingindo um total de 1.259.951 pessoas. No território paraense há grandes diferenças na qualificação dos domicílios no que diz respeito a existência de água encanada.

Mais da metade das famílias (54%) que vivem em domicílios situados em áreas rurais não tem água canalizada a sua disposição. Na área urbana o acesso à água encanada é mais frequente, 85% das famílias o possuem.

No conjunto das famílias beneficiárias do PBF a discrepância entre área rural e urbana se repete, os números indicam uma carência levemente acima da média do CadUn (áreas rurais 58% sem água canalizada, áreas urbanas 19%).

Figura 7 - Pará. Disponibilidade de água encanado no domicílio conforme localização do domicílio e relação com o PBF

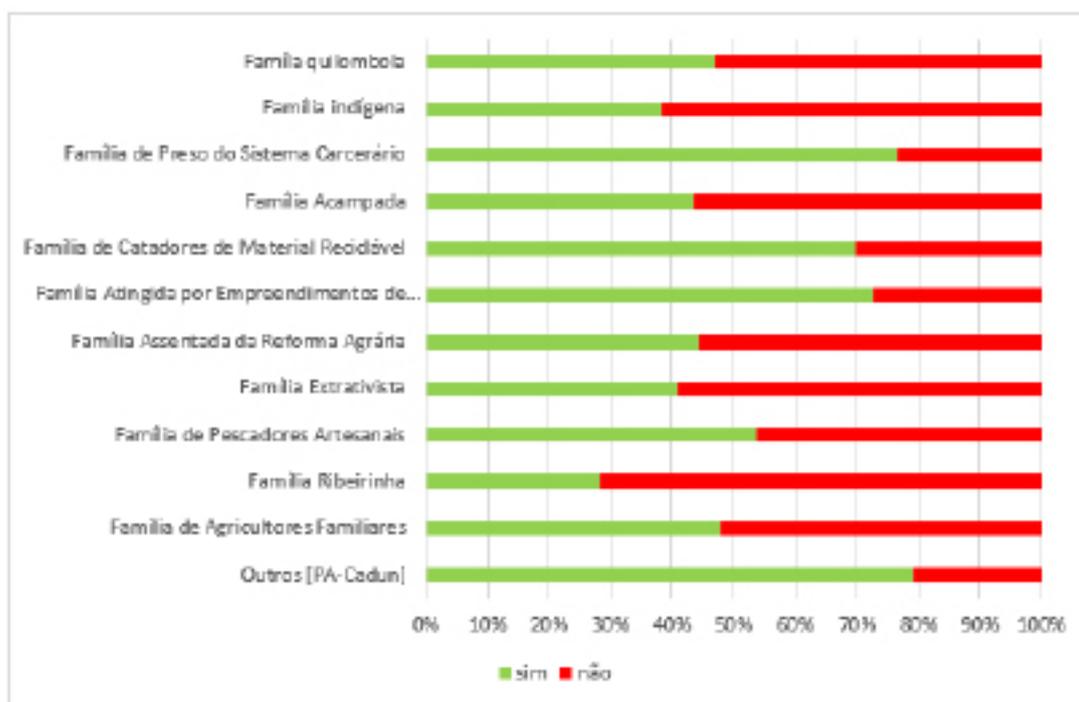


Fonte: Microdados.

Filter: cd\_ibge >= 1500000 & cd\_ibge < 1600000 & cod\_local\_domic\_fam=(1 ou 2) & classf=(1 a 3) & marc\_pbf=(0 ou 1). Statistics: Frequencies(cod\_agua\_canalizada\_fam).

As maiores taxas de falta de acesso a água canalizada observa em em grupos tradicionais beneficiários do PBF, que vivem na área rural, tais como famílias indígenas (62% não tem água canalizada no domicílio), famílias ribeirinhas (72% sem), famílias extrativistas (59% sem), famílias assentadas (56% sem), famílias acampadas (56% sem) e famílias quilombolas (53% sem).

Figura 8 - Pará. Disponibilidade de água encanada no domicílio, Grupos tradicionais e específicos, famílias quilombolas e indígenas

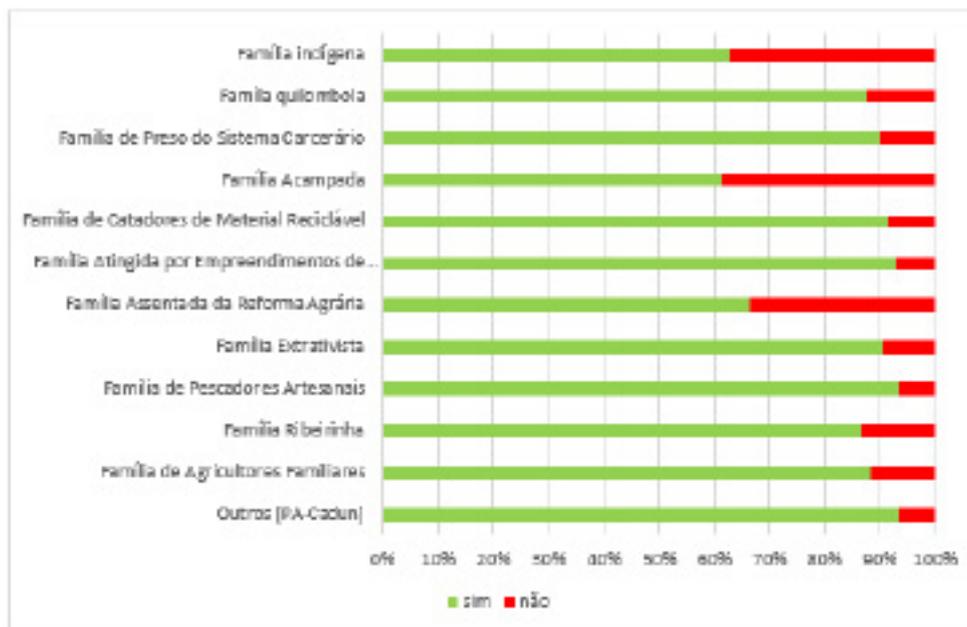


Filter: cd\_ibge >= 1500000 & cd\_ibge < 1600000 & ind ind\_parc\_mds\_fam = (101 a 306) & cod\_familia\_indigena\_fam = 1 & ind\_familia\_quilombola\_fam = 1.  
 Statistics: Frequencies (cod\_agua\_canalizada\_fam).

Ainda, segundo o CadUn-Pará, 7,6 % dos domicílios registrados não possuem banheiro; o número é menor para a área urbana (4,2%) e maior para a área rural (15,6%). Em termos absolutos, isso significa que 357.314 pessoas que vivem em 111.423 famílias não possuem banheiro. No grupo das famílias beneficiárias do PBF 9,2% não tem banheiro contra 5,0% no conjunto das famílias não beneficiárias do PBF.

O CadUn Pará identifica no aglomerado das famílias acampadas a maior parcela de domicílios sem banheiro, são 38,6% dessas famílias que habitam em lares sem banheiro. Outros estratos que têm ausências de banheiro próprio muito acima da média são: as famílias indígenas (37,1%), as famílias assentadas de reforma agrária (33,4%), as famílias ribeirinhas (13,5%) e as famílias quilombolas (12,5%).

Figura 9 - Pará. Disponibilidade de banheiro no domicílio, Grupos tradicionais e específicos, famílias quilombolas e indígenas

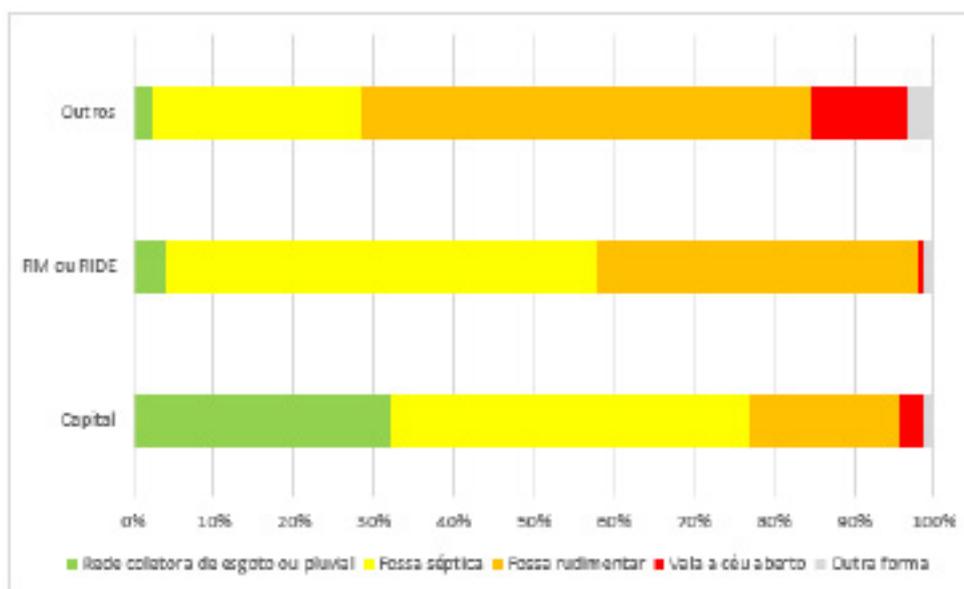


Fonte: Microdados.

Filter: cd\_ibge >= 1500000 & cd\_ibge < 1600000 & ind ind\_parc\_mds\_fam = (101 a 306) & cod\_familia\_indigena\_fam = 1 & ind\_familia\_quilombola\_fam = 1. Statistics: Frequencies (cod\_banheiro\_domic\_fam).

Vale informar que 123.648 famílias cadastradas no CadUn – Pará, perfazendo um universo de 430.883 pessoas, usam a vala a céu aberto como forma de escoamento sanitário. A grande maioria dessas pessoas (81%) pertencem a faixa da extrema pobreza.

Figura 10 - Pará. Forma de escoamento sanitário conforme classificação territorial do domicílio



Fonte: Microdados.

Filter: : cd\_ibge >= 1500000 & cd\_ibge < 1600000, Crosstab (classf \* cod\_escoa\_sanitario\_domic\_fam) Statistics: Frequencies.

A estratificação por integração ao PBF mostra que as residências dos beneficiários do PBF acompanham as tendências gerais do CadUn no quesito ‘Escoamento sanitário’. Importa informar que no conjunto das famílias que usam vala a céu aberto 80% são de beneficiárias do PBF.

Os grupos famílias com as maiores incidências de uso de vala a céu aberto são: os ribeirinhos (31,4%) e os pescadores artesanais (25,2%).

## EMPREGO E RENDA

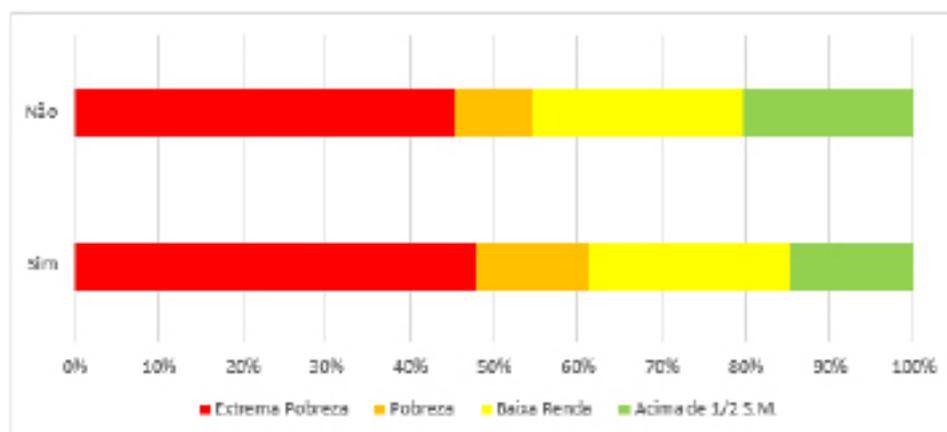
### Disponibilidade e qualidade de emprego

A análise dos dados do universo do CadUn indica que na média nacional 30,6% das pessoas maiores do que 14 anos trabalharam na semana anterior a pesquisa. No Pará essa porcentagem é um pouco maior e alcança 34,6% das pessoas.

A análise dos dados contidos na Figura 11 Brasil. Pessoas que trabalharam na semana anterior ao levantamento - conforme faixa de renda mensal média assim como na Figura 12 Pará. Pessoas que trabalharam na semana anterior ao levantamento - conforme faixa de renda mensal média evidencia um fato notável. Tanto no nível do Brasil quanto no nível do Estado, a parcela de pessoas que se situam na faixa da extrema pobreza é maior no conjunto das pessoas que indicaram um trabalho remunerado na semana anterior o levantamento do dado. No Brasil, 47,9% das pessoas com trabalho remunerado se enquadram na faixa da extrema pobreza, enquanto no grupo das pessoas que não

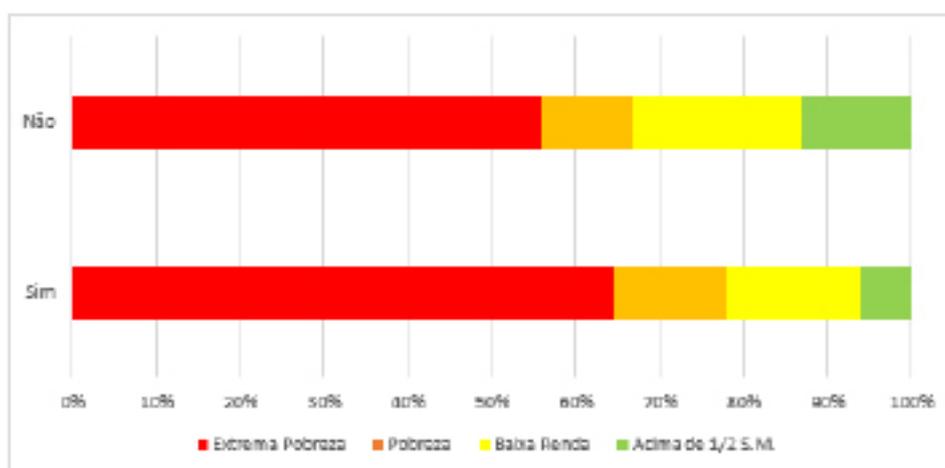
indicaram um trabalho remunerado essa parcela fica em 45,4%. No Pará, a diferença é ainda maior. Do total de pessoas com trabalho remunerado 64,6% pertence ao grupo da extrema pobreza, enquanto no agregado das pessoas sem trabalho remunerado somente 56,0% integram essa faixa. Esses dados podem indicar que os trabalhos exercidos não auferem uma remuneração capaz de tirar os trabalhadores da faixa da extrema pobreza.

Figura 11 - Brasil. Pessoas que trabalharam na semana anterior ao levantamento - conforme faixa de renda mensal média



Fonte: Brasil/Ministério de Cidadania [[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab\\_cad.php](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php)] [Universe], cálculo próprio.

Figura 12 - Pará. Pessoas que trabalharam na semana anterior ao levantamento - conforme faixa de renda mensal média



Fonte: Brasil/Ministério de Cidadania [[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab\\_cad.php](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php)] [Universe], cálculo próprio.

No conjunto das pessoas na faixa etária entre 15 e 64 anos, 37,1% tiveram um trabalho remunerado na semana anterior a pesquisa, e 1,1% estava afastada do trabalho na semana de referência.

Cerca de um quarto (24,8%) desse contingente atua na agricultura ou em atividades extrativistas.

Durante os doze meses que antecederam o levantamento, 40,4% dos cadastrados entre 15 e 64 anos tiveram trabalho remunerado. Em média conseguiram um trabalho remunerado durante 8,7 meses do ano. A metade teve trabalhado remunerado durante os doze meses, que significa que 21,3% das pessoas com idade entre 15 e 64 tiveram um trabalho remunerado sem interrupção no ano anterior ao cadastramento.

Na divisão por sexo fica evidente que dentro do conjunto dos homens a porcentagem dos que tem trabalho remunerado (42%) é maior do que dentro do grupo das mulheres (34,1%). Porém em números absolutos, há mais mulheres (56,7%) trabalhando do que homens (43,3%). Isso devido ao fato que essa faixa etária seja composta na sua maioria por mulheres (61,7%).

Os dados para o Estado do Pará mostram uma tendência parecida. Na faixa etária entre 15 e 64 anos, 39,6% confirmou um trabalho remunerado na semana anterior a pesquisa e 1,1% estava afastado do seu trabalho remunerado.

A parcela dos cadastrados que durante todos os últimos 12 meses tiveram um trabalho remunerado é de 21,8%. Em média se conseguiu trabalho remunerado por 8,6 meses no ano anterior ao cadastramento.

A participação do trabalho na agricultura / extrativismo representa no Pará 34,8% dos trabalhos remunerados informados no momento do cadastro.

No que tange a função principal que foi exercida no trabalho remunerado destaca-se, na média nacional, o trabalhador por conta própria (bico, autônomo) (57,6%), o segundo maior contingente é dos empregados com carteira de trabalho (17,7%) e 13,1% são trabalhadores temporários em área rural.

No estrato regional do Pará, o peso do trabalhador por conta própria é maior, ultrapassando a média nacional em onze pontos percentuais (68,6%). Entretanto, o emprego com carteira assinada é menos frequente do que no nível do Brasil. No Pará somente 6,3% dos que informaram um trabalho remunerado trabalham nessa condição. O trabalho temporário em área rural (15,5%) fornece o segundo maior contingente de trabalho no Pará.

Tabela 3 - Brasil, Pará. População de 15 a 64 anos, função principal no trabalho remunerado

Função principal	Brasil	Pará
Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	57,6%	68,6%
Trabalhador temporário em área rural	13,1%	15,5%
Empregado sem carteira de trabalho	3,1%	2,5%
Empregado com carteira de trabalho	17,7%	6,3%
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho	1,8%	2,0%
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	0,9%	0,5%
Trabalhador não-remunerado	2,3%	1,0%
Militar ou servidor público	2,7%	3,2%
outra	0,9%	0,4%

Fonte: Microdados.

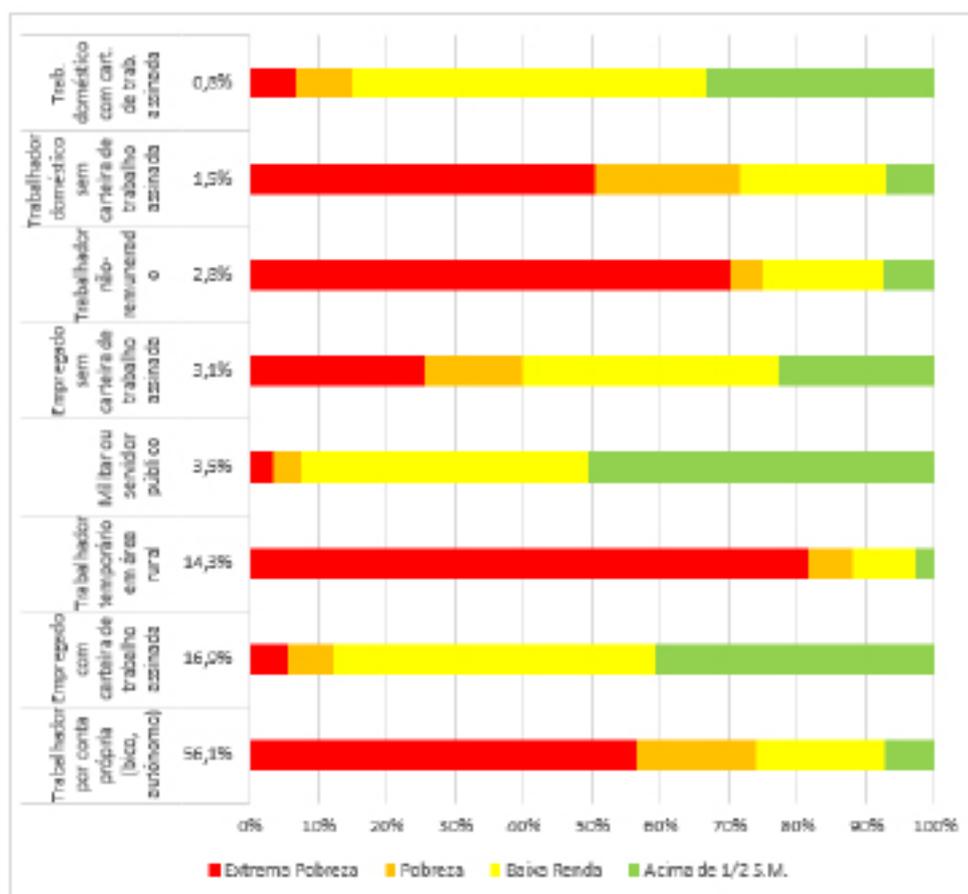
Filter: (Brasil): idade >= 15 & idade <= 64; (Pará) cd\_ibge >= 1500000 & cd\_ibge < 1600000 & idade >= 15 & idade <= 64. Statistics: FREQUENCIES.

A Figura 13 Brasil. Pessoas com trabalho na semana anterior ao cadastro conforme função principal e faixa de renda média mensal e a Figura 14 Pará. Pessoas com trabalho na semana anterior ao cadastro conforme função principal e faixa de renda média mensal mostram para as duas realidades, brasileira e paraense, as formas de inserção no mercado de trabalho, a participação de cada categoria no total dos postos de trabalho e a localização dos trabalhadores na faixa de renda mensal.

Esses dados, que representam o universo do CadUn confirmam as tendências evidenciados na amostragem. Por um lado, a predominância do trabalho por conta próprio (Brasil 56,1%, Pará 70,3%) no conjunto das funções. Por outro lado, o fato que os empregos formais (com carteira assinada, ou de militar / servidor público) tem as menores parcelas de trabalhadores na faixa de pobreza extrema.

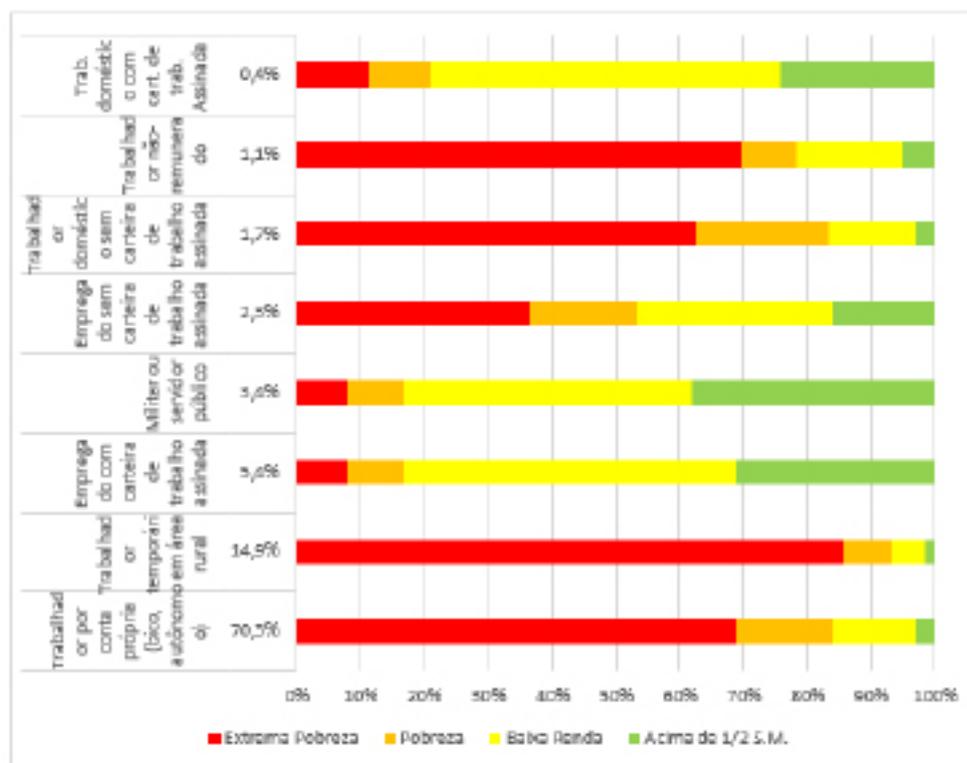
O próximo capítulo fará uma análise mais detalhada das remunerações a partir dos microdados.

Figura 13 - Brasil. Pessoas com trabalho na semana anterior ao cadastro conforme função principal e faixa de renda média mensal



Fonte: Brasil/Ministério de Cidadania [[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab\\_cad.php](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php)], [Universo], cálculo próprio.

Figura 14 - Pará. Pessoas com trabalho na semana anterior ao cadastro conforme função principal e faixa de renda média mensal



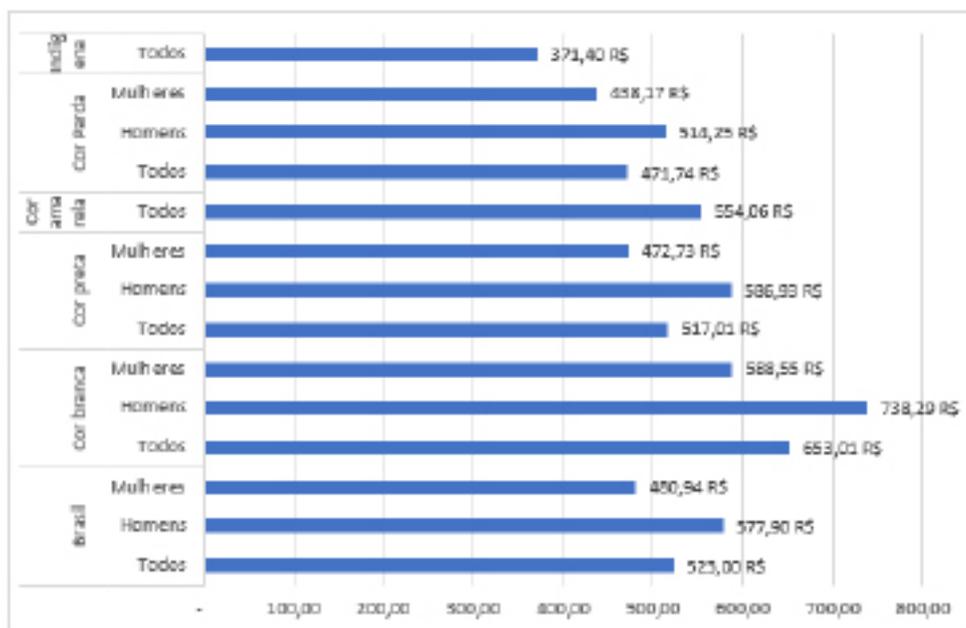
Fonte: Brasil/Ministério de Cidadania [[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab\\_cad.php](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php)], [Universo], cálculo próprio.

## Remuneração

A média nacional de remuneração mensal recebida pelas pessoas que informaram um trabalho remunerado na semana anterior à data da pesquisa é de R\$ 523,00.

No entanto, há diferenças nos níveis de ganho conforme cor e sexo. O grupo com os ganhos mais altos é dos homens de cor branca (R\$ 738,29) e o grupo com os ganhos mais baixos (R\$ 371,40) é constituído de trabalhadores indígenas.

Figura 15 - Brasil. População de 15 a 64 anos, remuneração mensal - trabalho remunerado conforme cor/raça e sexo



Fonte: Microdados

Filter: idade >= 15 & idade <= 64 & cod\_trabalhou\_memb = 1 & val\_remuner\_ emprego\_memb > 0 & cod\_sexo\_pessoa = (1 a 2) & cod\_raca\_cor\_pessoa = (1 a 5). Statistics: MEAN (val\_remuner\_ emprego\_memb)

Na média nacional os ganhos dos homens (R\$ 577,90) superam aquelas das mulheres (R\$ 480,94) em 20%. As maiores discrepâncias existem dentro dos segmentos da cor branca, onde os homens ganham 25% a mais do que as mulheres, e da cor preta onde a remuneração dos homens ultrapassa aquela das mulheres em 24%.

Tabela 4 - Brasil. Defasagem da remuneração do trabalho feminino conforme estrato 'cor' [2018]

Sexo feminino & Cor					
Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Brasil
79,7%	80,5%	83,6%	85,2%	81,5%	83,2%

Fonte: Microdados

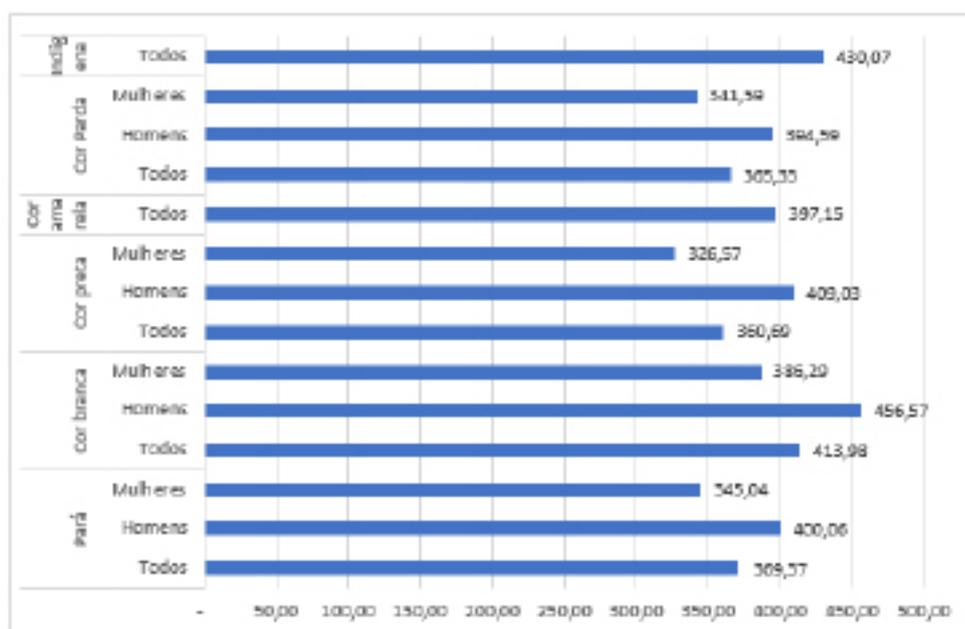
Filter: idade >= 15 & idade <= 64 & cod\_trabalhou\_memb = 1 & val\_remuner\_ emprego\_memb > 0 & cod\_sexo\_pessoa = (1 a 2) & cod\_raca\_cor\_pessoa = (1 a 5). Statistics: MEAN (val\_remuner\_ emprego\_memb). Calculo: [= media da remuneração mensal de trabalho remunerado do sexo masculino / media da remuneração mensal de trabalho remunerado do sexo feminino].

No estado do Pará o ganho mensal oriundo de trabalho remunerada é de R\$ 369,37. Esse valor representa somente 70% da média nacional.

Seguindo o padrão nacional, os maiores ganhos encontram-se no grupo de homens brancos (R\$ 456,57). Em relação a media do Pará, isso representa um adicional de 24%. Essa diferença é inferior aquela que existe no nível nacional, onde a remuneração de trabalho dos homens brancos ultrapassa a média geral do país em 41%.

No estado do Pará a discrepância entre as remunerações por gênero é inferior aquela da média nacional. Os ganhos dos homens (R\$ 400,06) são 16% mais alto que os das mulheres (R\$ 345,04). Na observação por estrato de cor, fica evidente que a maior discrepância entre ganhos dos homens e das mulheres encontra-se no estrato ‘cor preta’, onde os homens (R\$ 409,03) ganham um quarto a mais do que as mulheres (R\$ 326,57).

Figura 16 - Pará. População entre 15 e 54 anos, remuneração mensal oriundo de trabalho remunerada, por sexo e cor/raça



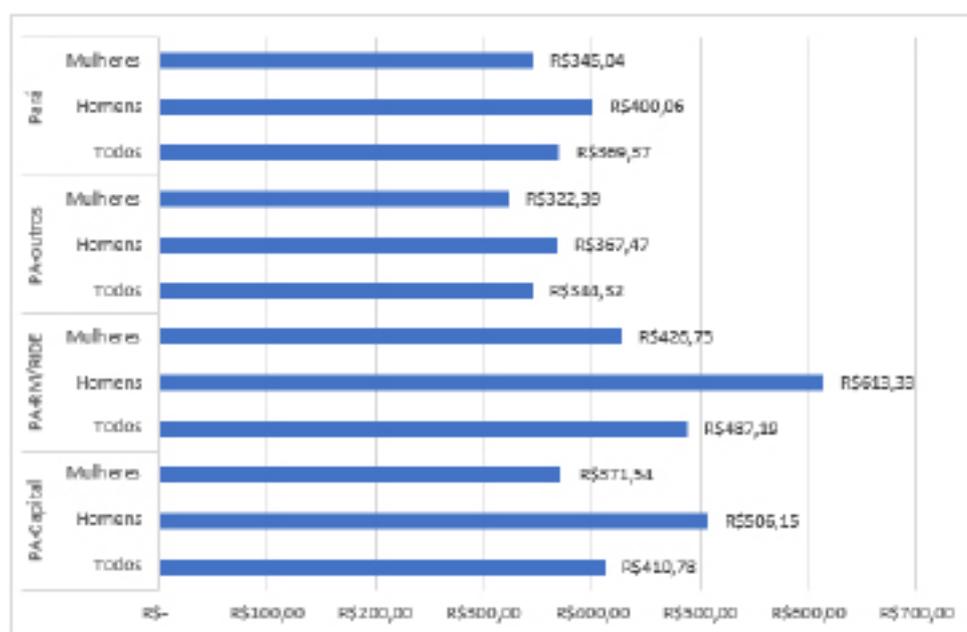
Fonte: Microdados

Filter: `cd_ibge >= 1500000 & cd_ibge < 1600000 & idade >= 15 & idade <= 64 & cod_trabalhou_memb = 1 & val_remuner_emprego_memb > 0 & cod_sexo_pessoa = (1 a 2) & cod_raca_cor_pessoa = (1 a 5)`. Statistics: MEAN (val\_remuner\_emprego\_memb).

As informações contidas no Cadun permitem uma segmentação dos dados referente a remuneração para as pessoas da capital, da Região Metropolitana – sem Belém, e para os outros municípios do Estado. Os números indicam que a média de remuneração na RM de Belém sem o município de Belém (R\$ 487,19) é superior que aquela que se ganha na capital (R\$ 410,78) e nos demais municípios que compõem a amostra do estado (R\$ 344,32).

Na RM de Belém sem o município de Belém não existe somente a maior renda do Estado, identifica-se também a maior discrepância entre ganhos de mulheres e homens. A diferença é de 44%. Na capital esse valor é de 36%.

Figura 17 - Pará. População de 15 a 64 anos, remuneração mensal de trabalho remunerado, conforme classificação do município e sexo



Fonte: Microdados

Filter: cd\_ibge >= 1500000 & cd\_ibge < 1600000 & idade >= 15 & idade <= 64 & cod\_trabalhou\_memb = 1 & val\_remuner\_emprego\_memb > 0 & classf = (1 a 3) & cod\_sexo\_pessoa = (1 a 2) & cod\_raca\_cor\_pessoa = (1 a 5). Statistics: MEAN (val\_remuner\_emprego\_memb).

## Renda familiar (per capita)

### Brasil / Pará

A renda familiar (Cadun) no Pará (R\$ 209,42) representa 75% do valor da média brasileira (279,77R\$).

### Rural / urbano

A renda familiar dos domicílios situados em áreas rurais (138,95 R\$) atinge somente 58% do valor da renda familiar dos domicílios situados em áreas urbanas (240,47 R\$). No nível nacional a diferença é de 64%.

A renda em áreas rurais do Pará representa 72% da média nacional das áreas rurais.

A diferença de renda entre domicílios rurais e urbanos é mais acentuado no Pará.

### Capital / RM / outros territórios

A renda familiar dos domicílios situados em Belém (232,04 R\$) é 11% superior da média do Estado. No entanto, a renda auferida na capital paraense alcança somente 78% da média das capitais brasileiras.

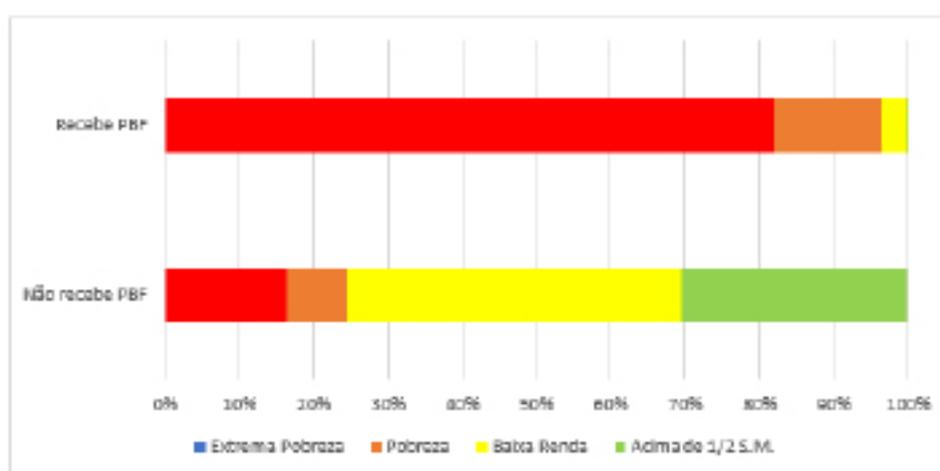
A renda familiar dos domicílios situados nos demais municípios da RM de Belém (Ananindeua, Benevides, Castanhal, Marituba e Sta. Barbara) é 31% acima da média do Estado.

### Beneficiário Programa Bolsa Família (PBF) / não beneficiário PBF

No Brasil, a renda familiar (per capita) das famílias que são beneficiárias do PBF é de 54,70 R\$. No Pará, a renda familiar (per capita) das famílias que são beneficiárias do PBF é de 54,43 R\$.

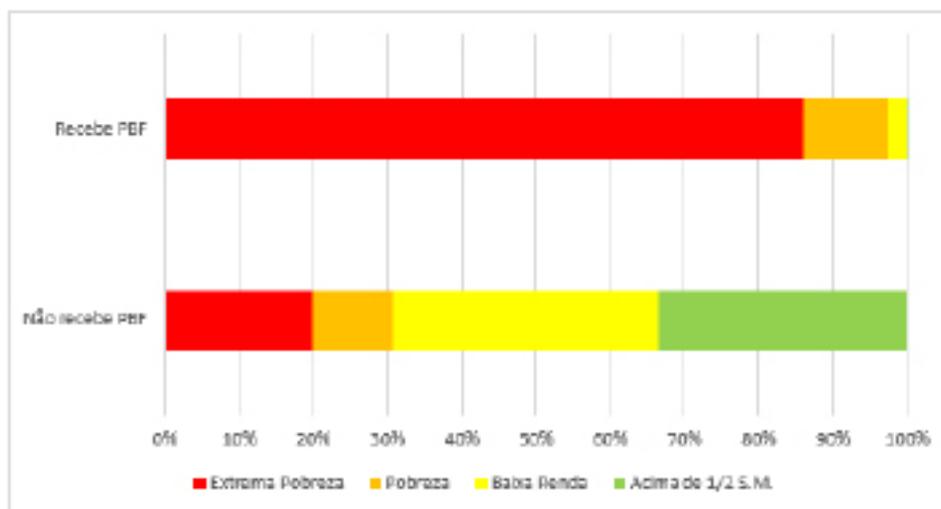
A Figura 18 Brasil. Distribuição das famílias do CadUn conforme faixa de renda mensal e beneficiamento pela PBF e a Figura 19 Pará. Distribuição das famílias do CadUn conforme faixa de renda mensal e beneficiamento pela PBF mostram que tanto no nível nacional (82%) como no estado do Pará (86%) a grande maioria das pessoas que são beneficiários do PBF pertencem a faixa de pobreza extrema. Particularmente, no Pará 10,5% das pessoas cadastradas no CadUn na faixa da extrema pobreza não são beneficiadas pelo PBF, no nível nacional esse valor sobe para 14,1%.

Figura 18 - Brasil. Distribuição das famílias do CadUn conforme faixa de renda mensal e beneficiamento pela PBF



Fonte: Brasil/Ministério de Cidadania [[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab\\_cad.php](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php)], [Universo], cálculo próprio.

Figura 19 - Pará. Distribuição das famílias do CadUn conforme faixa de renda mensal e beneficiamento pela PBF



Fonte: Brasil/Ministério de Cidadania [[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab\\_cad.php](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php)], [Universe], cálculo próprio.

No Brasil, a renda familiar (per capita) das famílias cadastradas no CadUn que não são beneficiários do PBF é 9,3 vezes maior (508,70 R\$) do que aquela dos beneficiários do PBF. No Pará, a renda familiar (per capita) das famílias cadastradas no CadUn que não são beneficiários do PBF é 8,7 vezes maior (471,43 R\$) do que aquela dos beneficiários do PBF.

Figura 20 - Brasil, Pará. Renda media familiar (per capita)



Fonte: Microdados.

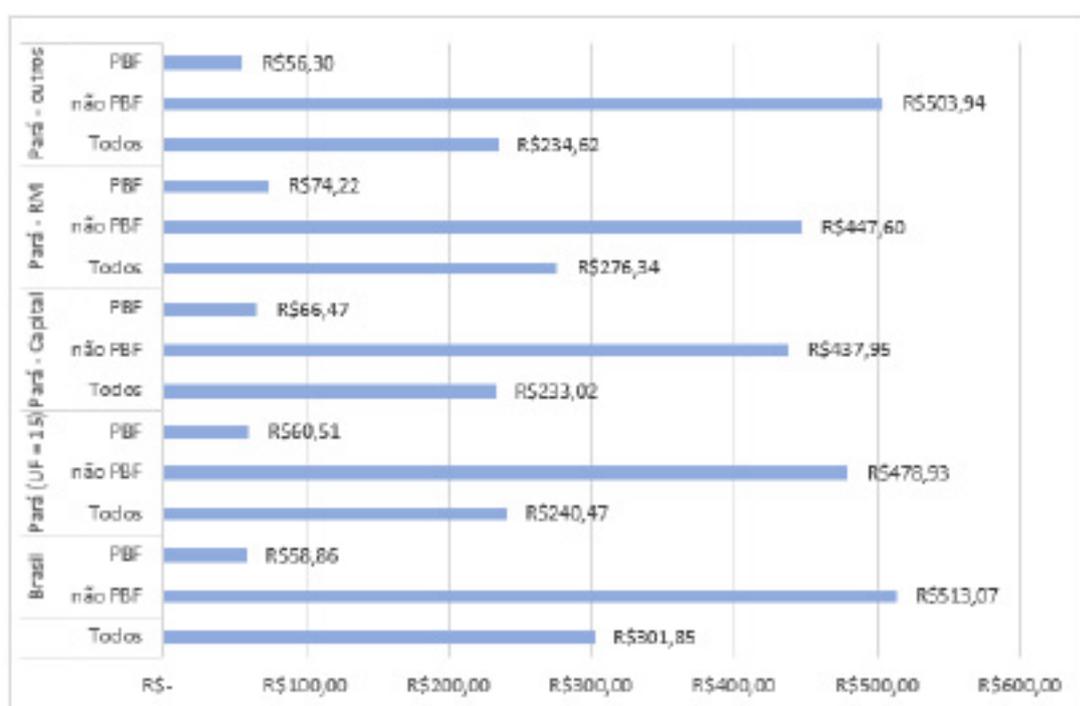
Filter: (Brasil): marc\_pbf = (0 ou 1); (Pará) cd\_ibge >= 150000 & cd\_ibge < 160000 & marc\_pbf = (0 ou 1) & classf = (1 a 3). Statistics: MEAN(vlr\_renda\_media\_fam).

A renda familiar (per capita) das famílias paraenses beneficiárias do PBF que residem em áreas rurais (44,13 R\$) representa somente 73% da renda familiar das famílias beneficiárias do PBF que tem o seu domicílio em áreas urbanas (60,51 R\$).

A renda familiar (per capita) das famílias beneficiárias do PBF é maior nos municípios que compõem a região metropolitana de Belém sem a capital (74,54 R\$).

Na capital, a renda familiar (per capita) das famílias beneficiárias do PBF é de 66,20 R\$, enquanto o valor para as famílias não beneficiárias do PBF é de 504,53 R\$ (7,6 vezes mais).

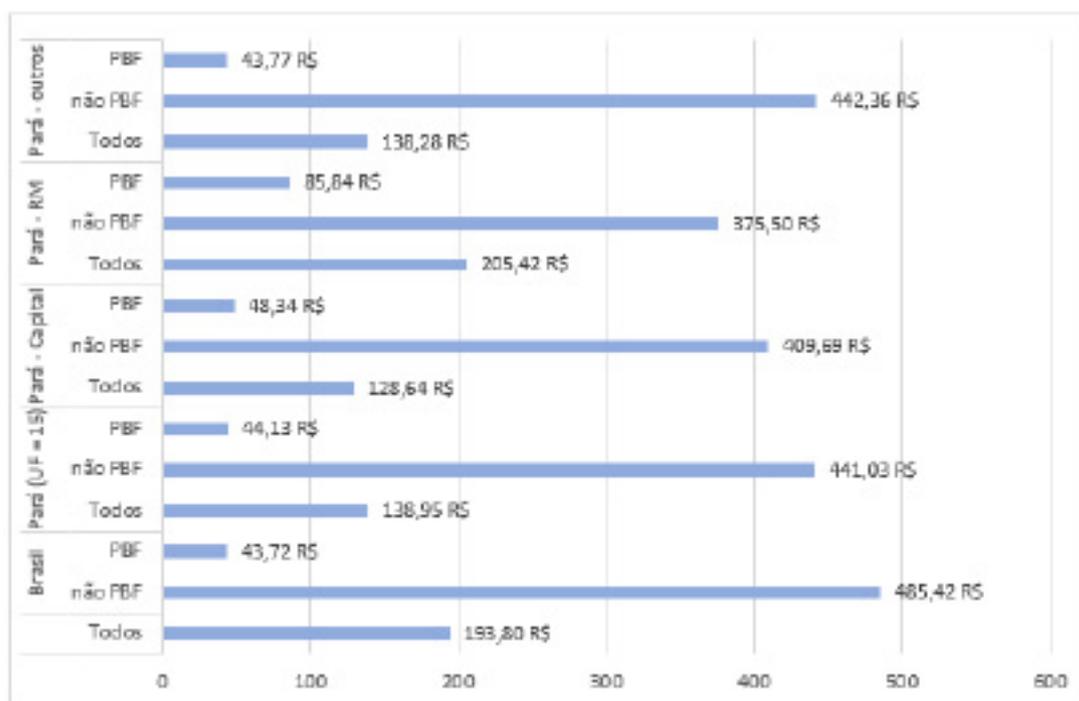
Figura 21 - Brasil, Pará, PA-Capital, PA-RM, PA-outros. Renda familiar per capita em domicílios em área urbana segundo beneficiamento por PBF



Fonte: Microdados.

Filter: (Brasil): cod\_local\_domic\_fam= 1 & marc\_pbf = (0 ou 1); (Pará) ) cd\_ibge >= 1500000 & cd\_ibge < 1600000 & cod\_local\_domic\_fam= 1 & classf= (1 a 3) & marc\_pbf = (0 ou 1). Statistics: MEAN(vlr\_renda\_media\_fam).

Figura 22 Brasil, Pará, PA-Capital, PA-RM, PA-outros. Renda familiar per capita em domicílios em área rural segundo beneficiamento por PBF



Fonte: Microdados.

Filter: (Brasil): cod\_local\_domic\_fam= 2 & marc\_pbf = (0 ou 1); (Pará) ) cd\_ibge >= 150000 & cd\_ibge < 160000 & cod\_local\_domic\_fam= 2 & classf= (1 a 3) & marc\_pbf = (0 ou 1). Statistics: MEAN (vlr\_renda\_media\_fam).

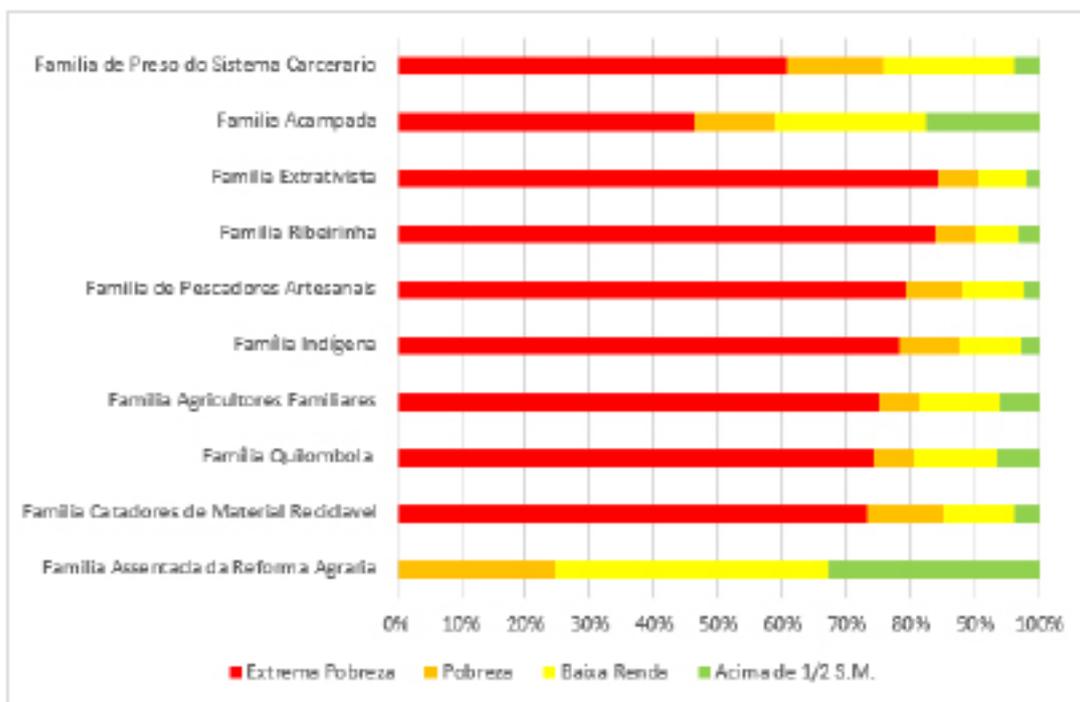
## Grupos tradicionais

As famílias que integram o estrato classificado como grupos tradicionais no CadUn têm uma renda família (per capita) de 114,69 R\$. Esse valor representa um pouco mais do que a metade (55%) da renda média de todas as famílias registradas no CadUn-Pará.

As famílias de pescadores artesanais (81,27 R\$) e as famílias extrativistas (83,59 R\$) possuem a menor média de renda familiar (per capita). As famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura (246,85 R\$), as famílias assentadas da Reforma Agrária (274,56 R\$) e as famílias acampadas (275,56 R\$) possuem rendas familiares (per capita) acima do valor médio das famílias cadastradas no CadUn-Pará.

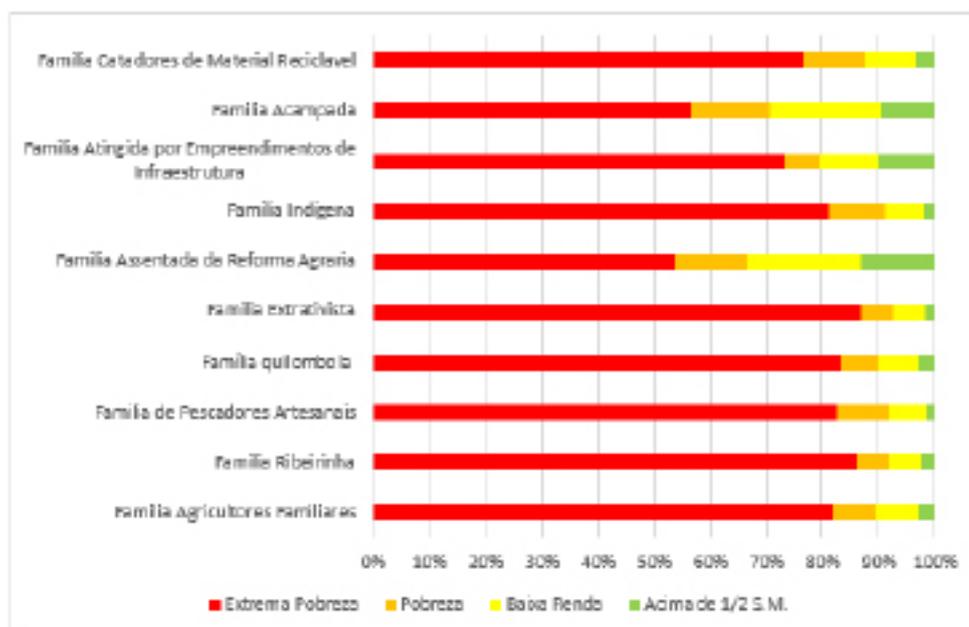
A renda familiar (per capita) das famílias quilombolas, das famílias ribeirinhas e das famílias de catadores de material reciclável está em patamares parecidas, entre 105,50 R\$ e 106,27 R\$.

Figura 23 - Brasil. Distribuição das pessoas de Grupos Especiais e Tradicionais, Indígenas e Quilombolas conforme faixa de renda mensal



Fonte: Brasil/Ministério de Cidadania [[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab\\_cad.php](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php)], [Universo], cálculo próprio.

Figura 24 - Pará. Distribuição das pessoas de Grupos Especiais e Tradicionais, Indígenas e Quilombolas conforme faixa de renda mensal



Fonte: Brasil/Ministério de Cidadania [[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab\\_cad.php](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php)], [Universo], cálculo próprio.

### **Grupos tradicionais – não beneficiários do PBF**

As famílias cadastradas no CadUn como ‘grupos tradicionais e específicos’, ‘família indígena’ e ‘família quilombola’ e que não são beneficiárias do Programa Bolsa Família possuem uma renda familiar (per capita) de 402,42 R\$. O valor corresponde a 85% da renda da média de todas as famílias não beneficiárias do PBF (471,43 R\$).

As famílias não beneficiárias do PBF com a menor renda familiar encontram-se no conjunto dos catadores de material reciclável (258,11 R\$), das famílias indígenas (276,91 R\$) e dos pescadores artesanais (301,93 R\$).

Contudo, a renda das famílias assentadas da reforma agrária (493,15 R\$) e dos atingidos por empreendimentos de infraestrutura (560,12 R\$) se situam acima da média das famílias não beneficiárias do PBF do CadUn-Pará.

Em parte, essas famílias podem compensar a sua tímida inserção na economia monetária pelo uso direto de recursos da natureza no provimento de sua reprodução material. No entanto, em tempos de crises ambientais, climáticas ou sanitárias essa fonte de recursos para sua reprodução pode ceder e aumentar a necessidade de recursos monetários para compensar através do mercado a sua reprodução básica e efetuar gastos extras que possam surgir (higiene, proteção alimentação de crianças fora da escola).

A disparidade de renda entre famílias não beneficiárias e beneficiárias do PBF é maior no estrato das famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura, onde a média do primeiro grupo representa 14 vezes a média do grupo dos beneficiários do PBF), nas famílias ribeirinhas (12 vezes) e famílias quilombolas (11 vezes).

A disparidade de renda entre famílias não beneficiárias e beneficiárias do PBF é menor nas famílias catadores de matéria reciclável (5 vezes).

### **Grupos tradicionais – beneficiárias do PBF**

As famílias cadastradas no CadUn como ‘grupos tradicionais e específicos’, ‘família indígena’ e ‘família quilombola’ e que são beneficiárias do Programa Bolsa Família possuem uma renda familiar (per capita) de 43,15 R\$. O valor corresponde a 80% da renda da média de todas as famílias beneficiárias do PBF (54,43 R\$).

No conjunto das beneficiárias do PBF as famílias quilombolas (36,59 R\$), as famílias ribeirinhas (37,67 R\$), as famílias extrativistas (38,68 R\$), as famílias indígenas (39,40 R\$) e as famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura (40,13 R\$) auferem as menores rendas familiares.

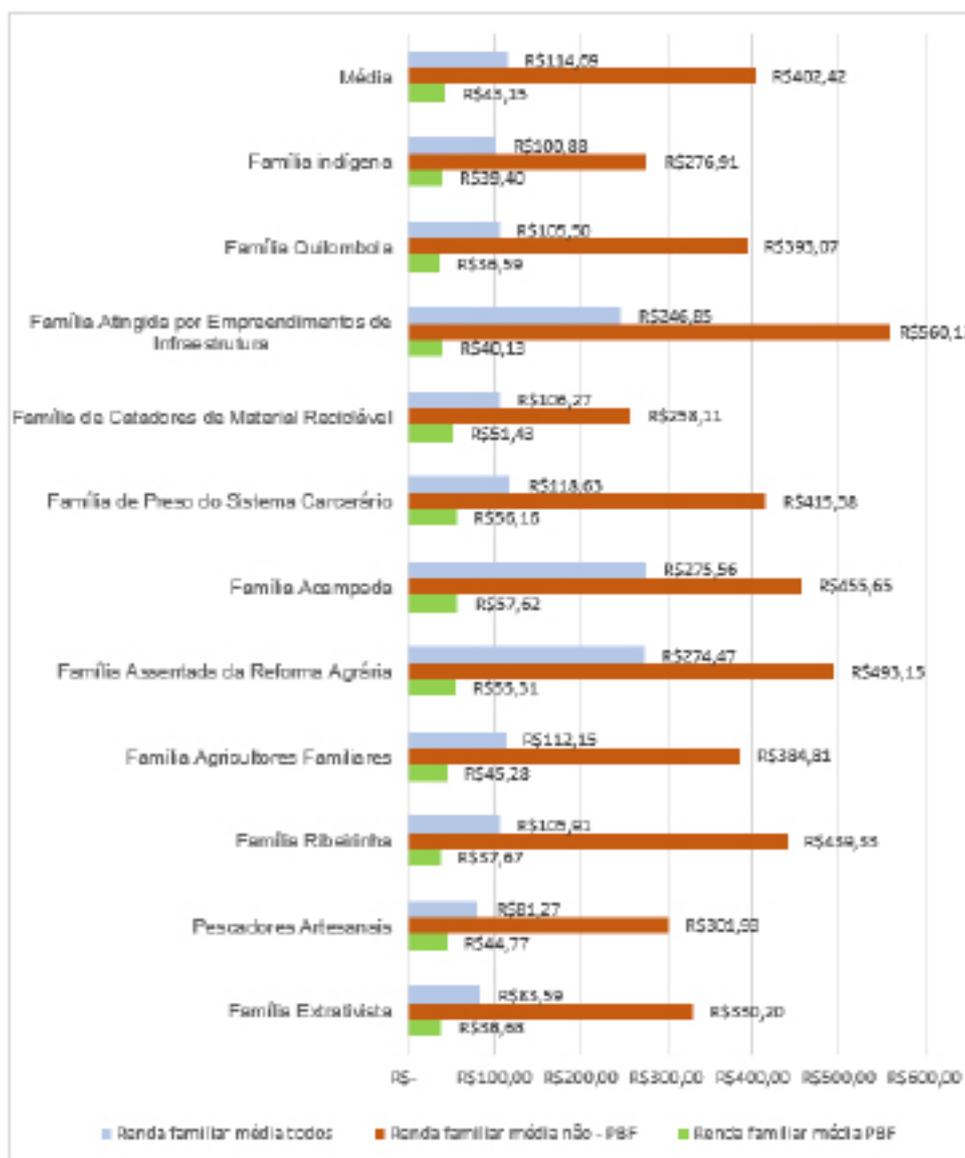
Em parte, essas famílias podem compensar a sua tímida inserção na economia monetária pelo uso direto de recursos da natureza no provimento de sua reprodução material. No entanto, em tempos de crises ambientais, climáticas ou sanitárias essa fonte de recursos para sua reprodução pode ceder e aumentar a necessidade de recursos monetários para compensar através do mercado a sua reprodução básica e efetuar gastos extras que possam surgir (higiene, proteção alimentação de crianças fora da escola).

A disparidade de renda entre famílias não beneficiárias e beneficiárias do PBF é maior no estrato das famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura, onde a média do

primeiro grupo representa 14 vezes a média do grupo dos beneficiários do PBF), nas famílias ribeirinhas (12 vezes) e famílias quilombolas (11 vezes).

A disparidade de renda entre famílias não beneficiárias e beneficiárias do PBF é menor nas famílias catadores de matéria reciclável (5 vezes)

Figura 25 - Pará. Renda familiar per capita - famílias de grupos tradicionais e específicos, famílias indígenas e famílias quilombolas



Fonte: Microdados.

Filter: `cd_ibge >= 150000 & cd_ibge < 160000 & marc_pbf = (0 ou 1) & ind_ind_parc_mds_fam = (101 a 306) & cod_familia_indigena_fam = 1 & ind_familia_quilombola_fam = 1`. Statistics: MEAN (vlr\_renda\_media\_fam).

## População em situação de rua

Diferente dos Microdados o universo do CadUn contém também informações sobre a população que vive em situação de rua. O número de indivíduos que se encaixam nessas condições e que foram cadastradas pelas prefeituras é de 1.166 para o Estado do Pará e 347 para a capital. A Tabela 5 Pará, Belém. Caracterização da população que vive em situação de rua, resume as principais informações disponíveis para esse segmento tanto no nível do Estado quanto para a capital.

Essa população é quase exclusivamente do sexo masculino e se enquadra na faixa da extrema pobreza. Os números relacionados à variável deficiência são superiores aquelas da média da população da CadUn.

A parcela das pessoas que exerce trabalho remunerado é inferior a parcela da população que não vive em situação de rua.

Chama atenção o fato de que uma parcela ínfima da população em situação de rua é assistida por uma instituição.

Tabela 5 Pará, Belém. Caracterização da população que vive em situação de rua

Variável	Valor / Faixa	Pará	Belém
Faixa etária	0 a 15	1,9%	3,7%
	16 a 17	2,7%	0,9%
	18 a 39	28,6%	35,4%
	40 a 59	52,8%	49,0%
	60 e maior	14,0%	11,0%
Sexo	Masculino	87,3%	83,6%
	Feminino	12,7%	16,4%
Cor / raça	Branca	9,3%	9,2%
	Preta	7,5%	9,5%
	Amarela	0,7%	0,6%
	Parda	81,6%	79,8%
	Indígena	0,9%	0,9%
Faixa de renda	Extrema Pobreza	83,4%	91,4%
	Pobreza	5,6%	2,3%
	Baixa Renda	3,3%	1,7%
	Acima de 1/2 S.M.	7,6%	4,6%
Deficiência	Sim	22,5%	24,2%
	Não	77,5%	75,8%
Sabe ler e escrever	Sim	82,5%	88,2%
	Não	17,5%	11,8%
Trabalho remunerado nos últimos 12 meses	Sim	25,9%	25,3%
	Não	74,1%	74,7%

Pessoa trabalhou na semana passada?	Sim	24,7%	23,8%
	Não	75,3%	76,2%
Recebe ajuda de instituição	Sim	2,9%	3,7%
	Não	97,1%	96,3%

Fonte: Brasil/Ministério de Cidadania [[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab\\_cad.php](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php)], [Universo], cálculo próprio.

## RECOMENDAÇÕES

A falta de uma vacina ou de uma medicação eficiente leva a Organização Mundial de Saúde (WHO) a recomendar medidas preventivas contra a expansão da pandemia, dentre elas: a recomendação do aumento da higiene pessoal (lavar as mãos), o distanciamento social (evitar contato físico com outras pessoas); e o uso de máscaras de proteção facial para evitar o contágio de outras pessoas. Apesar de serem medidas consideradas simples para muitas pessoas, o seu cumprimento, na realidade paraense, precisa vencer pelo menos dois desafios. O primeiro desafio é de cunho econômico e consiste na criação de condições de reprodução social que permitam às famílias o distanciamento social. O segundo é de cunho cognitivo e diz respeito ao desafio de informar a população sobre noções básicas relativas às características da pandemia, tais como as formas de sua transmissão e seu grau de periculosidade.

Diante da situação atual da pandemia segue uma tentativa para ilustrar alguns problemas que a partir de uma análise do CadUn-Pará pode evidenciar aos gestores de políticas públicas, algumas sugestões para o seu enfrentamento. Devido ao fato que o ente federativo para manutenção de gestão do CadUn é o município, os problemas e as soluções a serem encontradas envolvem a administração municipal como ator principal para executar as ações propostas. Apesar da variedade das propostas, existe uma característica em comum, eles necessitam para o seu êxito de um gestor municipal que assuma no seu território a responsabilidade para o enfrentamento da pandemia, que consiga montar uma estrutura administrativa que integre as organizações da administração municipal ligadas de forma direta (saúde, assistência social) ou indireta (economia, infraestrutura, segurança pública) e as organizações da sociedade civil a partir de estratégias bem definidas e diretrizes claras.

Apresentaremos em seguir uma primeira reflexão sobre esses desafios a luz dos resultados da análise do CadUn.

### 1.) Identificação e atendimento emergencial da parcela mais vulnerável da população.

Recomenda-se que as prefeituras identifiquem nos seus cadastros, as 137.870 famílias que se encontram na faixa da pobreza extrema sem serem beneficiárias do Programa Bolsa Família. Para esse contingente populacional, cerca de 320.000 pessoas, precisam ser ofertadas condições mínimas de reprodução social com o objetivo dessa parcela da população atender as condições e exigências de um isolamento social.

2.) Identificação e atendimento emergencial da parcela da população incapaz de atender medidas de quarentena dentro de seu domicílio.

Os microdados do CadUn indicam que 6,3% das famílias vivem em domicílios formado por um cômodo só. Essas famílias são compostas em média por 2,9 pessoas e se situam na faixa do grupo da extrema pobreza; os microdados, também, revelam uma renda familiar média de 0,75R\$. Na extrapolação para o estado do Pará estamos diante de universo de cerca de 300.000 pessoas. As condições de habitação impedem que essas famílias atendam a uma quarentena domiciliar. Nos casos em que um integrante da família apresente sintomas da Covid-19, considerando essas características de moradia, fica impossível o isolamento da pessoa dos demais integrantes do domicílio. As condições de habitação impedem que essas famílias atendem nos casos em que um integrante da família apresenta sintomas da Covid-19 uma quarentena domiciliar que consiste no isolamento da pessoa das demais integrantes do domicílio. Desse modo, as instâncias de saúde que atendem os cidadãos com suspeita de Covid-19 devem incluir nos seus protocolos a verificação da situação de moradia e, indicar locais de acolhimentos para que os infectados sem possibilidade de isolamento domiciliar possam cumprir a quarentena.

3.) Identificação e atendimento emergencial da parcela da população do CadUn que não foi beneficiada com o Auxílio Emergencial do Governo Federal

Os dados do CadUn sugerem que a parcela de pessoas no Pará que se enquadram nas condições para a Auxílio Emergencial seja em torno de 2,6 milhões de pessoas. Partindo desse dado, as prefeituras devem comparar as estimativas geradas através dos dados do CadUn com o número de Auxílios liberados para os cidadãos dos seus municípios. Se houver uma discrepância muito alta nessa relação faz-se necessário uma verificação dos motivos e, ao mesmo tempo, a definição de possíveis respostas da prefeitura, no que diz respeito a criação de condições materiais para as famílias preteridas atenderem o isolamento social.

4.) Garantia para as famílias com crianças em idade escolar recursos que permitem de substituir a falta da merenda escolar

O fechamento das escolas públicas exclui cerca de 1,29 milhões de crianças de sua merenda escolar. Os recursos recebidos pelas prefeituras para a merenda escolar (R\$ 0,30 por dia por estudante matriculado) se situam em torno de R\$ 380.000,00 por dia no Pará. Nesse sentido, esses recursos deveriam ser integralmente direcionados às famílias com crianças em idade escolar que vivem na faixa da extrema pobreza.

5) Elaboração de campanhas educativas direcionadas às pessoas que não sabem ler nem escrever ou com pouca escolaridade

O número de pessoas no Estado do Pará que não sabem ler e escrever ou possuem somente uma formação escolar rudimentar está na faixa de 1 milhão de pessoas. Desse modo, levar conhecimentos a população, carente de instrução, de assuntos complexos relacionados as manifestações e transmissões de uma doença viral dessa natureza requer do poder público atitudes que poderiam seguir a mesma linha das campanhas contra a Dengue e Chikungunya.

Desse modo, levar conhecimentos a população carente de instrução de assuntos complexos tais como manifestações e transmissões de uma doença viral para essa população requer atitudes que devem seguir os esforços das campanhas contra a dengue e Chikungunya. No entanto, considerando a transmissibilidade do vírus e a necessidade premente de isolamento social faz-se necessário repensar estratégias de comunicação mais ágeis e efetivas que alcancem a toda população.

6) Garantia para todas as pessoas que vivem na vulnerabilidade social o acesso aos programas emergenciais do governo federal ou estadual

O governo federal aposta sobretudo no uso da internet como principal fonte de divulgação de informação e porta de entrada para solicitar auxílios. Apesar da ampliação do acesso a internet através do uso de telefones celulares, não pode se partir do pressuposto que toda a população esteja capacitada para lidar com essas plataformas. As prefeituras precisam oferecer para essas pessoas alternativas na forma de solicitação dos auxílios disponíveis.

7) Apoio do Governo estadual para as prefeituras do interior

Os dados do CadUn mostram que a vulnerabilidade social das famílias que vivem na área rural em muitos aspectos é superior aquela das famílias que vivem na capital ou na área urbana. Isso inclui também os Grupos Tradicionais ou Especiais e as famílias indígenas e quilombolas. Muitas prefeituras do interior do Estado possuem recursos humanos e financeiros limitados e necessitam para o combate da pandemia um suporte financeiro, logístico e administrativo do governo estadual. Ademais o governo estadual deve acionar as organizações da administração pública que lidam com grupos específicos para verificar a melhor maneira de inserir essas estruturas nas ações contra a pandemia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), Secretaria Nacional de Rende de Cidadania (SENARC). *Manual do Pesquisador – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal*. Brasília 2018. Disponível em <[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmeps/ferramentas/docs/manual\\_do\\_pesquisador\\_cadastro\\_unico\\_semlogo.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmeps/ferramentas/docs/manual_do_pesquisador_cadastro_unico_semlogo.pdf)> , Acesso em 14/04/2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). *Cadastro Único para Programas Sociais. Formulário principal de cadastramento*. Disponível em <http://cidadania.gov.br/servicos/cadastro-unico/gestao-do-cadastro-unico-1/processo-de-castramento/formularios>>. Acesso em 14/04/2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). *Perguntas Frequentes sobre Dados do Cadastro Único para Programas Sociais*. Disponível em [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmeps/noticias/arquivos/files/perguntas\\_frequentes\\_dados\\_cadastro\\_unico\\_programas\\_sociais.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmeps/noticias/arquivos/files/perguntas_frequentes_dados_cadastro_unico_programas_sociais.pdf)>, Acesso em 14/04/2020.

### **Bancos de dados usados:**

(1) Base desidentificada do Cadastro Único com marcação do Bolsa Família, *Microdados Dez/2018 - Cadastro Único e PBF (novo) (atualizado em 12/11/2019, 14:12)*. Disponível em <[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/redM.php?l=https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/microdado/base\\_amostra\\_cad\\_201812.zip&t=microdado](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/redM.php?l=https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/microdado/base_amostra_cad_201812.zip&t=microdado)>. Acesso em 14/04/2020.

### **(2) Dados do universo do Cadastro Únicos**

Plataforma VIS DATA 3 beta

Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php#>

Plataforma CECAD 2.0

Disponível em [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab\\_cad.php](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php).